

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O Acompanhamento da escolaridade nas instituições de acolhimento residencial - Um estudo de caso

Beatriz Sofia Correia Saltão

Mestrado em Educação e Sociedade

Orientadora:

Doutora Maria João Barroso Pena, Professora Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Doutora Teresa de Jesus Seabra, Professora Associada
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2022



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

O Acompanhamento da escolaridade nas instituições de acolhimento residencial - Um estudo de caso

Beatriz Sofia Correia Saltão

Mestrado em Educação e Sociedade

Orientadora:

Doutora Maria João Barroso Pena, Professora Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Doutora Teresa de Jesus Seabra, Professora Associada
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2022

À minha família, um grande obrigada, por sempre acreditarem no meu sucesso e me permitirem chegar o mais longe possível

Agradecimentos

Um percurso académico que durou cinco termina com a entrega desta Dissertação de Mestrado, um trabalho que exigiu um grande esforço por todos aqueles que fazem parte da minha vida, e por isso, não podia deixar de expressar os meus agradecimentos. Em primeiro lugar, um especial agradecimento à instituição que me recebeu e acolheu de braços abertos, tanto durante a recolha de dados desta dissertação, como também durante a realização do Estágio. Um especial agradecimento a todas as crianças e jovens acolhidas nesta instituição, em especial as entrevistadas por terem aceitado fazer parte desta aventura e por terem tido uma postura exemplar. Um grande obrigado por todos os profissionais entrevistados, pela sua disponibilidade e conhecimento.

Gostaria de agradecer aos meus pais, Maria de Fátima e António Saltão, pois sem eles nada disto teria sido possível. Obrigada do fundo do coração, por todo o incentivo, apoio incondicional e amor. Obrigada por me terem sempre incentivado a fazer mais e a desejar mais. À minha mãe, quero dar um especial reconhecimento, por todo o auxílio dado ao longo do meu percurso escolar e na realização desta dissertação. Obrigada, também, aos meus irmãos, Ana e Vasco, por todo o carinho, amor e amizade e por serem grandes figuras de referência na minha vida.

De seguida, quero agradecer à instituição que me proporcionou grandes momentos de aprendizagem, o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, assim como todos os professores que, de alguma forma, marcaram o meu percurso académico, proporcionando as bases indispensáveis para alcançar o sucesso na minha vida profissional. Um especial reconhecimento às minhas orientadoras, Professora Maria João Pena e Professora Teresa Seabra, por toda a disponibilidade, apoio, interesse e orientação, pois sem a vossa confiança e acompanhamento não teria sido possível melhorar esta dissertação.

Um grande obrigada aos locais de estágio que me acolheram, e possibilitaram um vasto crescimento profissional: Fundação António Luís de Oliveira, Associação Girassol Solidário e Casa das Cores. Quero, também, desejar um grande agradecimento aos profissionais destas instituições que me acompanharam: Dra. Marta Ramos; Dr. Peter Mendes e Dra. Carina Jerónimo.

Um especial e caloroso agradecimento aos amigos que fizeram parte deste longo e vasto percurso académico, sem vocês não teria conseguido: Beatriz Nascimento, Joana Costa, Inês Pedras, Beatriz Martins, Catarina Miguel, Sara Marques, Débora Neves, Margarida Correia e Raquel Pombo.

Resumo

Esta dissertação diz respeito aos processos de acompanhamento e investimento das instituições de acolhimento nos processos de escolarização das crianças e jovens, pretendendo-se conhecer os seus trajetos escolares, e identificar o papel e o investimento da instituição nos seus percursos escolares.

Nesta investigação, o paradigma adotado foi de natureza qualitativa, tendo-se adotado o método do estudo de caso, selecionando-se uma Casa de Acolhimento Residencial em Lisboa, por via da realização de entrevistas semi-estruturadas às crianças e jovens acolhidos que frequentassem a escolaridade obrigatória e aos profissionais da instituição envolvidos no acompanhamento da sua escolaridade.

Nesta pesquisa, recorreu-se, também, à análise documental dos processos de promoção e proteção, para obter uma visão mais vasta acerca do historial de vida destas crianças.

Após a análise dos dados, evidenciou-se um acompanhamento e investimento escolar bastante satisfatório, em que os vários profissionais da instituição dedicam tempo e esforço ao apoio escolar destas crianças e jovens, proporcionando vários modos de acompanhamento escolar, procurando sempre proporcionar melhores condições e recursos. Determinou-se, também, que este apoio e acompanhamento escolar pode originar uma melhoria dos níveis de motivação e interesse, e dos resultados escolares. Determinou-se que a relação com a comunidade educativa, de uma forma geral, é positiva, salientando-se uma valorização do espaço escolar. Destaca-se, também, a grande preocupação e interesse dos profissionais no processo de escolarização destas crianças, bem como as suas expetativas e aspirações educacionais elevadas, reconhecendo a importância da educação no percurso de vida destas crianças.

Palavras-Chave: Acolhimento Residencial; Acompanhamento da escolaridade; Apoio escolar; Investimento; Resultados escolares;

Abstract

This dissertation concerns the processes of monitoring and investment of childcare institutions in the schooling processes for children and young people, aiming to know their school paths and identify the role and investment of the institutions in their school path.

In this investigation, the paradigm adopted was of a qualitative nature, having adopted the case study method, selecting a Residential Home in Lisbon, through semi-structured interviews with children and young people who attended compulsory schooling and the professionals involved in their school support. In this research, we also resorted to the documental analysis of the processes of promotion and protection, to obtain a broader view of the life history of these children.

After the data analysis, there was a very satisfactory school monitoring and investment, in which the many professionals of the institution dedicate time and effort to the school support of these children and young people, providing various ways of school monitoring, always searching to provide better conditions and resources. It was also determined that this support and school monitoring can lead to an improvement in the levels of motivation and interest, and in the school results. It was determined that the relationship with the school community, in general, was positive, highlighting an appreciation of the school space. Also noteworthy is the great concern and interest of professionals in the schooling process of these children, as well as their high educational expectations and aspirations, recognizing the importance of education in the life course of these children.

Keywords: Residential Care; School monitoring; School support; Investment; School results;

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iii
Abstract.....	iv
Índice de Tabelas.....	vii
Glossário de Siglas.....	ix
Introdução.....	1
Capítulo I – Enquadramento da Pesquisa.....	3
1. As trajetórias escolares das crianças e jovens em acolhimento residencial.....	3
2. O acolhimento residencial: enquadramento legal e modos de acompanhamento da escolaridade.....	5
Capítulo II – Metodologia de Investigação.....	10
1. Métodos de Pesquisa.....	10
2. Campo empírico, universo e amostra.....	10
3. Técnicas de recolha de dados.....	11
4. Técnicas de tratamento de dados.....	12
5. Aspetos éticos.....	12
Capítulo III – Apresentação e Discussão dos Resultados.....	13
1. Caracterização dos entrevistados.....	13
2. A escolarização das crianças e jovens acolhidos.....	15
3. O acompanhamento do processo de escolarização.....	24
4. As condições da instituição.....	29
5. O papel e as atitudes dos profissionais.....	31
6. As aspirações e projetos futuros.....	35
Considerações finais.....	37
Referências bibliográficas.....	40
Anexos.....	45

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Caracterização das crianças institucionalizadas.....	13
Tabela 2 – Caracterização dos profissionais entrevistados.....	14

Glossário de Siglas

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

CASA - Caracterização Anual da Situação de Acolhimento

Introdução

A presente dissertação, intitulada “O Acompanhamento da escolaridade nas instituições de acolhimento residencial – Um estudo de caso”, é realizada no âmbito do Mestrado em Educação e Sociedade, sendo este organizado pela Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. O interesse em trabalhar esta temática surge no seguimento da licenciatura em Serviço Social, após a realização de um estágio curricular num Lar de Infância e Juventude, em que foi suscitado um interesse pela escolarização destas crianças e jovens, bem como através das diversas questões abordadas e trabalhadas ao longo do mestrado.

De acordo com Cheung et al (2012) como citado em Ferreira (2016), nos últimos tempos, tem-se constituído várias investigações sobre o acolhimento residencial das crianças e jovens, devido ao facto de estas apresentarem um elevado índice de vulnerabilidade. Segundo Zetlin et al (2004), estas crianças em acolhimento manifestam uma elevada vulnerabilidade em termos educativos, apresentando grandes dificuldades no desempenho escolar. A medida de acolhimento residencial deverá ser uma medida de última instância, devendo apenas ser aplicada em último recurso, quando não se verifica nenhuma outra alternativa junto da família (Alves, 2007). Segundo o Relatório CASA de 2020 (Instituto da Segurança Social, 2021), a medida de acolhimento residencial tem o dever de assegurar o direito da educação a estas crianças e jovens, devendo promover uma educação com base nas suas potencialidades, expectativas e necessidades. Assim, cabe às instituições de acolhimento proporcionar condições e processos de acompanhamento de escolaridade, de modo que estas crianças e jovens consigam alcançar um percurso escolar de sucesso. De acordo com Jackson & Sachdev (2001) como citado em Delgado (2008), as crianças e jovens em situação de acolhimento devem usufruir de um apoio escolar adicional para conseguirem prosperar em termos educativos.

Desta forma, os objetivos gerais desta pesquisa são conhecer os trajetos escolares das crianças e jovens acolhidos e identificar o papel e o investimento da instituição no percurso escolar. Os objetivos específicos do presente estudo são os seguintes: 1) conhecer os processos de acompanhamento e investimento da escolaridade e os seus resultados; 2) identificar a valorização da educação pelos profissionais; 3) conhecer a influência da institucionalização no trajeto escolar; 4) identificar a vivência das crianças relativamente à sua escolarização.

A questão de partida desta pesquisa é: *Como é que as instituições de acolhimento das crianças e jovens acompanham o seu processo de escolarização e com que resultados no trajeto escolar dos mesmos?*, sendo o objeto do estudo, por um lado, as crianças acolhidas que estão a frequentar a escolaridade obrigatória, e por outro, os profissionais da instituição envolvidos no

acompanhamento e investimento da escolaridade destas crianças. Para a realização deste estudo, procedeu-se a uma análise documental dos processos de promoção e proteção das crianças e jovens acolhidos, bem como à realização de entrevistas semi-estruturadas acerca do processo de escolarização das crianças e jovens acolhidos e do acompanhamento e investimento escolar da instituição.

Esta investigação encontra-se organizada em três partes distintas. A primeira parte diz respeito ao enquadramento da pesquisa, na qual se realizou uma revisão da literatura, de forma a constituir uma base de conhecimento académico para o resto da investigação. Deste modo, efetuou-se um enquadramento conceptual e teórico acerca dos seguintes tópicos: os fatores explicativos de desempenho escolar; as trajetórias escolares das crianças e jovens em acolhimento residencial; o enquadramento legal do acolhimento residencial; os modos de acompanhamento da escolaridade. Posteriormente, encontra-se uma parte referente à metodologia da pesquisa, identificando-se o paradigma, método da pesquisa e o tipo de estudo a realizar, bem como o campo empírico, os universos da investigação e a amostra. Refere-se, também, as técnicas de recolha e tratamento de dados, estes obtidos numa Instituição de Acolhimento Residencial em Lisboa e, posteriormente, tratados no programa MAXQDA, através da técnica de análise de conteúdo, formando-se categorias e dimensões. Adiante, procede-se à apresentação e discussão dos resultados, em que são identificados e debatidos todos os resultados adquiridos. Por fim, serão apresentadas e evidenciadas as principais conclusões.

Capítulo I – Enquadramento da Pesquisa

1. As trajetórias escolares das crianças e jovens em acolhimento residencial

Em primeiro lugar, a escola deve garantir uma coesão, devendo ser um local que assegure a igualdade e o equilíbrio entre todos (Bourdieu, 1974 como citado em Barrère & Sembel, 2006). Ainda assim, as desigualdades sociais acabam por, também, se fazer sentir, na medida em que os alunos de meios mais desfavorecidos são vítimas de um largo processo de seletividade social (Seabra, 2009). De acordo com Bourdieu e Champagne (1992), estes alunos devem sujeitar-se às exigências da escola, devido às diferenças culturais existentes entre o universo familiar e o universo escolar (Barrère & Sembel, 2002). Deste modo, as condições sociais acabam por ter interferência no desempenho escolar dos alunos, pois quanto mais elevada for a classe social, maior irá ser a tendência para não reprovar (Seabra, 2012).

No entanto, os modos de funcionamento da escola acabam por influenciar, também, o desempenho escolar dos alunos. Primeiramente, a literatura académica tem destacado a importância do efeito-escola, referindo que é nas escolas com uma população escolar mais desfavorecida que o desempenho tem tendência para ser mais fraco (Seabra et al., 2014). Em adição, o efeito-turma, também, tem sido alvo de destaque pelos estudos empíricos que concluíram que quanto maior for a diversidade social e a heterogeneidade das turmas, mais elevado poderá ser o desempenho escolar (Seabra et al., 2016). Por outro lado, o facto de os próprios docentes possuírem elevadas expectativas acerca do desempenho dos alunos acaba também por ser um fator determinante para o seu sucesso escolar (Seabra et al., 2014). Por outro lado, a literatura tem destacado, igualmente, a importância de outros fatores externos ao ambiente escolar, nomeadamente os fatores de carácter familiar, nos quais se destaca o acompanhamento da escolaridade por parte da família, pois “(...) sempre que o apoio familiar aumenta o sucesso também aumenta (...)” (Seabra, 2010). Neste sentido, as práticas familiares de apoio escolar passam pelas conversas sobre a escola, apoio nos trabalhos de casa, supervisão das avaliações escolares, contacto regular com os professores e, ainda, a implementação de hábitos de estudo (Leal, 2020; Picanço, 2012). Desta forma, deve existir uma articulação entre a escola e a família, devendo a escola promover o envolvimento ativo das famílias no processo educativo (Seabra et al., 2014).

No caso das crianças e jovens em acolhimento residencial, a sua trajetória escolar acaba por revelar uma maior vulnerabilidade, devido à tendência para um desempenho escolar mais fraco e um elevado índice de reprovação, o que acaba por conduzir ao insucesso, e consequentemente, a um nível de escolaridade mais baixo (Brandão, 2015; Caio, 2014;

Oliveira, 2015; Santos, 2018; Santos, 2009; Siqueira & Dell’Aglío, 2010). Relativamente a estas taxas elevadas de reprovação, é importante salientar que estas podem ocorrer anteriormente à institucionalização, ao longo do seu historial escolar (Catarino, 2018; Oliveira, 2015; Oliveira, 2021), pois enquanto estão institucionalizadas estas crianças e jovens, de acordo com Santos (2009) manifestam uma taxa de transição mais elevada. Por outro lado, a literatura parece não produzir resultados consensuais acerca do desempenho escolar das crianças e jovens institucionalizados, visto que também determina que a situação de acolhimento residencial tem a capacidade de melhorar os resultados escolares, tal como defendem Clemente (2019) e Mateus (2020). De acordo com alguns autores, quanto maior for o tempo de permanência na instituição, melhor poderá ser o aproveitamento escolar (Conger et al., 2001; Harker et al., 2004; Silva, 2014). Deste modo, constata-se uma melhoria do desempenho escolar destas crianças e jovens, pois “(...) independente da situação atual das adolescentes (alunas com um desempenho académico elevado, médio ou baixo), elas encontram-se melhor do que antes de entrarem para a instituição” (Faria et al., 2008).

Segundo a maioria da literatura produzida, a vivência escolar está associada a elevadas dificuldades, nomeadamente dificuldades de adaptação e de aprendizagem, fruto das experiências de vida complexas (Santos, 2009). No entanto, noutros estudos académicos verificou-se, simultaneamente, vivências positivas e negativas, pois algumas das crianças demonstravam apreciação e satisfação pelo espaço escolar, enquanto outras manifestavam um elevado desinteresse (Caio, 2014; Catarino, 2018; Oliveira, 2015; Santos, 2018). Relativamente ao interesse e motivação, grande parte da investigação empírica tem determinado que estas crianças e jovens experienciam um elevado índice de desmotivação e desinteresse escolar, manifestando aborrecimento relativamente ao estudo e não estando predispostas à aprendizagem, comparativamente com as crianças e jovens em risco que não se encontram institucionalizados (Amado et al., 2003; Brandão, 2015; Caio, 2014; Mateus, 2020; Oliveira, 2015; Santos, 2009; Torres, 1994 como citado em Amado et al., 2003). Por outro lado, na investigação realizada por Santos (2018), algumas das crianças evidenciavam uma satisfação relativamente ao estudo, devido ao interesse pela aprendizagem.

Deste modo, as trajetórias escolares das crianças e jovens institucionalizados podem tanto ser de sucesso como de insucesso, pois cada criança/jovem institucionalizado apresenta características e perfis diferentes (Berridge, 2017; Matheson, 2019; Stein, 2012 como citado em Garcia-Molsosa, Collet-Sabé & Montserrat, 2021).

2. O acolhimento residencial: enquadramento legal e modos de acompanhamento da escolaridade

As crianças e jovens encontram-se ao abrigo do sistema de promoção e proteção quando se verificam situações de risco e/ou perigo, em termos da segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento (artigo 3º, da LPCJP). Estas crianças e jovens encontram-se numa situação de risco quando as suas necessidades não estão a ser satisfeitas, sejam elas físicas, socio emocionais ou mesmo familiares, prejudicando o seu desenvolvimento (Penha, 2000 como citado em Alves, 2007). Por outro lado, as situações de perigo verificam-se quando existe um real e verdadeiro perigo à integridade da criança ou jovem (Alves, 2007). Uma criança/jovem encontra-se numa situação de perigo quando está abandonada ou entregue a si própria; é sujeita a maus-tratos físicos ou psíquicos ou abusos sexuais; quando não recebe os cuidados ou a afeição necessária e adequada à sua faixa etária e situação pessoal; está aos cuidados de terceiros durante o período de tempo em que se verificou uma relação de forte vinculação com estes, bem como o não exercício das responsabilidades parentais pelos progenitores; é sujeita à realização de trabalhos e atividades excessivas ou inadequadas à sua faixa etária, dignidade e situação pessoal ou situações perigosas para a sua formação e desenvolvimento; é submetida, de forma direta ou indireta, a comportamentos que comprometam gravemente a sua segurança ou equilíbrio emocional; possui comportamentos, consumos e atividades que prejudiquem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento, sem que tenha havido oposição adequada para remover essa situação por parte dos pais, representante legal ou quem possua a guarda de facto (artigo 3º, da LPCJP).

Face a estas situações de perigo, surgem um conjunto de medidas, como a medida de acolhimento residencial, aplicada em regime de colocação, pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e pelos Tribunais (artigo nº35 e 38, da LPCJP). O acolhimento residencial é uma medida de último recurso com o objetivo de garantir o interesse superior da criança, retirando-a da situação de perigo (Carvalho, 2013). Esta medida diz respeito à colocação da criança ou jovem numa instituição. Estas instituições devem possuir condições para assegurar a adequada satisfação das necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens, bem como garantir o exercício dos seus direitos, possibilitando “(...) a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral” (artigo nº49, da LPCJP).

Estas instituições, normalmente designadas por Casas de Acolhimento, podem pertencer a três unidades diferentes, nomeadamente: as Casas de acolhimento destinadas para situações e

contextos de emergência; as Casas de acolhimento de resposta a situações problemáticas específicas, que implicam um determinado conjunto de necessidades de intervenção educativa e terapêutica, tendo assim em consideração as características das crianças e jovens a acolher; e ainda os Apartamentos de autonomização destinados ao auxílio e à promoção da capacidade de autonomia dos jovens (Artigo nº50, nº2 da LPCJP).

Deste modo, estas instituições de acolhimento residencial devem: proporcionar a satisfação das necessidades físicas, psíquicas, emocionais e educativas e sociais das crianças e jovens a acolher; formar e estabelecer relações vinculativas de afeição, de estabilidade, importantes para a formação da personalidade da criança/jovem; tentar atenuar as repercussões emocionais das situações de perigo a que as crianças/jovens foram expostas; permitir a aquisição de competências e capacidades, que permitam a sua valorização individual, social, escolar e profissional; assegurar um conjunto de condições que possibilite que as crianças/jovens consigam criar a sua própria identidade e integrar a sua história de vida; e por fim, proporcionar oportunidades para o desenvolvimento de capacidades de autonomia, visando a sua ampla integração social, escolar, profissional e comunitária (Artigo nº 3, nº1 do Decreto-Lei nº164/2019).

As casas de acolhimento devem também possuir equipas, que articulem entre si, nomeadamente a equipa técnica, educativa e de apoio (artigo nº54, da LPCJP). A equipa técnica deve ser pluridisciplinar, tendo a função de elaborar o diagnóstico social das crianças/jovens, bem como a criação e implementação do projeto de promoção e proteção (artigo nº 54, da LPCJP). A equipa educativa deverá ser constituída por profissionais que possuam a formação necessária para proporcionar um acompanhamento socioeducativo (artigo nº54, da LPCJP).

De acordo com o Relatório CASA, referente a 2020, no mesmo ano encontravam-se 6.706 (74%) crianças e jovens em situação de acolhimento, com a maioria no acolhimento generalista (Instituto da Segurança Social, 2021). No mesmo relatório, a maioria das crianças e jovens deram entrada no acolhimento devido a situações de negligência (71%) e mau-trato psicológico (10%) (Instituto da Segurança Social, 2021). O projeto de vida é fundamental nestas crianças, tendo em vista a sua retirada do sistema de acolhimento, de forma planeada (Instituto da Segurança Social, 2021). Neste sentido, no ano de 2020, a maioria dos projetos de vida incide na reintegração na família nuclear (38,4%) e na autonomização (36,6%) (Instituto da Segurança Social, 2021).

Outra questão fundamental identificada no Relatório CASA é a educação, pois estas crianças e jovens, tal como todas as outras, têm o direito à educação, e desde modo, constatou-se que a generalidade está inserida em respostas educativas e formativas, creches e educação

pré-escolar (91%), com a maioria no 3º ciclo do ensino básico (32%) e no ensino secundário (22%) (Instituto da Segurança Social, 2021). Assim, a educação deve ser valorizada na intervenção destas crianças e jovens, devendo ser reconhecida como uma “(...) prioridade nas medidas de promoção e proteção (...)” (Delgado, 2008). Neste sentido, é da responsabilidade das instituições de acolhimento promover o sucesso escolar (Brandão, 2015), evidenciando uma preocupação pelo trabalho escolar, o que permite “(...) que o jovem sinta que tem mais um apoio e que conseguirá progredir ano após ano”(Catarino, 2018).

Os resultados escolares positivos devem fazer parte da intervenção realizada nestas instituições, tornando-se necessário que se verifique um incentivo, encorajamento e orientação ao estudo (Brandão, 2015; Carvalho, 2018; Martin & Jackson, 2002). De acordo com Carvalho (2018), a organização e o funcionamento das casas de acolhimento constituem-se como um dos fatores críticos para a promoção do sucesso escolar. Deste modo, parece ficar clara a importância do incentivo ao estudo nestas instituições, visto que foi exatamente esse fator que possibilitou o sucesso escolar das crianças e jovens (Brandão, 2015; Clemente, 2019; Carvalho, 2018; Harker et al., 2004; Oliveira, 2021; Santos, 2018).

Alguns autores associam o acompanhamento da escolaridade a uma melhoria dos resultados escolares, visto que é nestas instituições que existe um melhor e maior acompanhamento escolar (Brandão, 2015; Catarino, 2018; Mateus, 2020; Oliveira, 2021; Santos, 2009). Desta forma, é necessário realizar todas as medidas e estratégias de apoio à aprendizagem, tendo em vista a máxima escolaridade possível das crianças e jovens acolhidos (Franz & Branica, 2013; Jackson & Cameron, 2012; Martin & Jackson, 2002). De acordo com Faria et al., (2008), a grande maioria das crianças institucionalizadas reconhece a importância da institucionalização no seu futuro, evidenciando que é graças à instituição e à situação de acolhimento que o sucesso escolar foi possível.

Assim, as instituições de acolhimento devem desenvolver um acompanhamento escolar de qualidade, sendo que a disponibilidade em proporcionar um apoio individual é uma das formas de promoção do sucesso escolar (Carvalho, 2018; Clemente, 2019), pois torna-se “(...) necessário prestar apoio adicional a estas crianças e jovens no domínio escolar (...)” (Trigo, 2015). De acordo com Oliveira (2015), o sucesso escolar destas crianças e jovens em situação de acolhimento residencial implica “(...) um número de colaboradores adequado à capacidade dos acolhidos, assim como a colaboração de outros (...) para responderem de uma forma mais adequada às questões escolares”.

Segundo várias investigações empíricas, as instituições de acolhimento ao implementarem uma rotina de estudo, definindo horários e locais próprios para o estudo, nos quais se realiza e

aprofunda os vários trabalhos escolares das diferentes matérias (Catarino, 2018; Ferreira, 2017; Oliveira, 2015; Santos, 2018), acabam por promover o sucesso escolar destas crianças, pois tal como afirma Trigo (2015) “É também necessária a definição clara de horários e locais de estudo nas instituições de acolhimento, assegurando que as crianças e jovens realizam as suas tarefas, dedicam tempo à sua aprendizagem e à superação de dificuldades”. Deste modo, é absolutamente necessário que se verifique um envolvimento e investimento da instituição de acolhimento, através dos seus profissionais e cuidadores, no processo de escolarização destas crianças e jovens (Clemente, 2019; Gharabaghi, 2011; Jackson & Cameron, 2012). De acordo com Flynn, et al. (2013), o nível de envolvimento no processo de escolarização e nas atividades escolares pelos profissionais e cuidadores é considerado como um fator promotor de sucesso escolar.

De forma a realizar um acompanhamento da escolaridade eficiente e adequado, as instituições de acolhimento devem manter uma relação positiva com a escola, caracterizada pela cooperação, proximidade e partilha, tendo em vista o desempenho escolar positivo, contribuindo assim para o sucesso escolar destas crianças (Brandão, 2015; Carvalho, 2018; Delgado, 2008; Teixeira, 2015). Neste sentido, é necessário que as instituições de acolhimento desenvolvam um trabalho de proximidade com as várias escolas (Brandão, 2015). Nesta perspetiva, alguns autores concluem que os professores devem estar a par das histórias e experiências de vida destas crianças, dos diversos motivos que conduziram à situação de acolhimento, e devem também conhecer os efeitos da própria institucionalização (Borland et al., 1998 como citado por Delgado, 2008; Mateus, 2020), de modo a “(...) evitar agravar e tornar ainda mais acidentado a vida pessoal do aluno” (Amado et al., 2003).

De acordo com literatura académica produzida, as próprias atitudes dos cuidadores e profissionais das instituições de acolhimento desempenham um papel essencial no que diz respeito ao processo de escolarização destas crianças, pelo que o seu investimento no estudo se revela crucial (Santos, 2018). De acordo com alguns autores, a comunicação de expectativas elevadas acerca do percurso escolar destas crianças é considerada como um fator promotor de sucesso escolar, devendo esperar-se sempre a continuação dos estudos por parte das crianças (Harker et al., 2004; Martin & Jackson, 2002) pois, as expectativas mais baixas, por sua vez, podem induzir a um desempenho mais fraco (Jackson & Cameron, 2012; Marion & Mann-Feder, 2020 como citado em Garcia-Molsosa, Collet-Sabé & Montserrat, 2021; Martin & Jackson, 2002).

Neste sentido, também, as aspirações dos profissionais e cuidadores são importantes, visto que ao comunicarem ambições elevadas a estas crianças e jovens, acabam por motivá-los a

alcançar o sucesso (Franz & Branica, 2013). De acordo com Trigo (2015), deve ser dada atenção “(...) às aspirações educacionais por parte de educadores e cuidadores, tendo em conta que interferem nas suas práticas de acompanhamento diário prestado às crianças e jovens”.

Por outro lado, “As medidas de proteção devem proporcionar um bom ambiente educacional capaz de satisfazer as necessidades educativas da criança (...)” (Delgado, 2008), uma vez que as condições logísticas também são importantes no processo de escolarização destas crianças e jovens, pois ao proporcionarem as condições necessárias e propícias ao estudo, estão a contribuir para o sucesso escolar (Brandão, 2015; Clemente, 2019; Carvalho, 2018; Franz & Branica, 2013; Gharabaghi, 2011; Jackson & Cameron, 2012; Mateus, 2020).

Assim, é importante investir na aprendizagem das crianças acolhidas, disponibilizando recursos e condições adequadas, tais como bibliotecas, manuais, secretárias e material informático, já que estes recursos possibilitam que as crianças consigam desenvolver o seu potencial escolar (Brandão, 2015; Carvalho, 2018; Harker et al., 2004; Martin & Jackson, 2002; Oliveira, 2015).

Deste modo, as instituições de acolhimento devem implementar uma cultura de valorização da educação, estimulando o estudo e a aprendizagem, de forma a garantir resultados escolares positivos, realçando a sua importância nos projetos futuros (Carvalho, 2018; Gharabaghi, 2011; Trigo, 2015). De acordo com Brandão (2015), o facto de as instituições de acolhimento garantirem um acompanhamento escolar poderá implicar efeitos positivos, uma vez que potencia um maior investimento e esforço por parte das crianças (Harker et al., 2004).

É importante realçar que as experiências e histórias de vida das crianças e jovens institucionalizados podem constituir um constrangimento e influenciar o seu desempenho escolar (Oliveira, 2021), visto que “ É reconhecido pelos professores que os aspetos mais traumatizantes da história de vida (...) são, também (...) fatores de insucesso educativo (...)” (Amado et al., 2003). No entanto, a educação pode constituir-se como um recurso alternativo, tendo a capacidade de ajudar a lidar com os traumas familiares (Gilligan, 2007).

Por outro lado, o próprio contexto escolar pode desempenhar um papel importante no que diz respeito aos resultados escolares destas crianças, tendo em conta a sua capacidade em proporcionar um ambiente estável e seguro (Berridge, 2012). De acordo com alguns autores, as escolas não estão devidamente preparadas para receber estes alunos, devido às inúmeras problemáticas que trazem consigo (Delgado, 2008; Mateus, 2020). Neste sentido, a escola deve adaptar-se, realizando “ (...) um esforço para se acomodar às exigências que a história e as circunstâncias de vida destes alunos faz sobre si mesma (...) devendo procurar e encontrar as respostas possíveis” (Amado et al., 2003).

Capítulo II – Metodologia de Investigação

1. Métodos de pesquisa

Uma investigação deverá ser constituída por um paradigma, por um método de investigação e ainda pelo tipo de estudo a ser realizado. Em primeiro lugar, é importante referir que o paradigma desta investigação é qualitativo, uma vez que é o que se revela mais pertinente na medida em que se pretende realizar uma construção de conhecimento, pois tal como afirma Meirinhos & Osório (2010) pretende-se explorar, na investigação qualitativa, “(...) a lógica da construção do conhecimento”. Para além disto, o paradigma qualitativo implica que se realize um trabalho de observação e de análise interpretativa (Meirinhos & Osório, 2010).

A pergunta de partida da presente investigação é *“Como é que as instituições de acolhimento das crianças e jovens acompanham o seu processo de escolarização e com que resultados no trajeto escolar dos mesmos?”*. Deste modo, com o objetivo geral de conhecer os trajetos escolares e ainda identificar o papel e o investimento da instituição no percurso de escolarização, considerou-se pertinente adotar o paradigma qualitativo. Em relação ao método a utilizar, será adotado o método intensivo ou estudo de caso, pois é o mais pertinente para a investigação, dado que permitirá conhecer, de forma aprofundada, o papel e o investimento escolar realizado pela instituição e pelos seus profissionais, possibilitando a aplicação de um conhecimento intenso e exaustivo “(...) tanto em amplitude como em profundidade (...) de um fenómeno social (...) com a finalidade última de obter uma ampla compreensão do fenómeno na sua totalidade (...)” (Almeida & Pinto, 1976).

2. Campo empírico, universo e amostra

A presente investigação será realizada numa Casa de Acolhimento em Lisboa. Tendo em consideração que se irá realizar um estudo de caso, houve uma necessidade de selecionar uma instituição que acolhesse crianças e jovens que frequentassem a escolaridade obrigatória (1º, 2º e 3º ciclo e ensino secundário). Assim, os universos são, por um lado, as sete crianças e jovens acolhidas na instituição que se encontram a frequentar a escolaridade obrigatória, e por outro, seis ajudantes de ação educativa mais ligados ao acompanhamento da sua escolarização, e os elementos da equipa técnica. Relativamente à equipa educativa, ir-se-á selecionar uma amostra não probabilística intencional, tendo como critério de seleção a proximidade do acompanhamento escolar. É importante revelar que os universos de investigação foram estabelecidos em concordância com a pergunta de partida e os objetivos da investigação, para que se consiga adquirir respostas de qualidade.

3. Técnicas de recolha de dados

Na realização da presente investigação, foram implementadas as seguintes técnicas de recolha de dados: análise documental e realização de entrevistas semi-estruturadas.

a) Análise documental

A técnica de análise documental parece relevante numa investigação, dado que permite o conhecimento de dados e informações, que de outra forma, poderão ser difíceis de obter (Gil, 2008). Neste sentido, considerou-se pertinente adotar esta técnica pelo facto de permitir um conhecimento mais vasto do historial de vida das crianças e jovens acolhidos. Deste modo, elaborou-se uma grelha de análise, com bases nas leituras realizadas dos processos de promoção e proteção, no âmbito de um estágio curricular, em que foram identificadas as situações que conduziram ao acolhimento, bem como, o seu historial escolar, de modo a compreender a influência da institucionalização no trajeto escolar

b) Entrevistas semi-estruturadas

As entrevistas poderão tomar várias formas, sendo que as entrevistas semi-estruturadas parecem ser as mais relevantes para a presente investigação, uma vez que é uma técnica bastante flexível, permitindo obter um grande número de respostas, em que “(...) o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas (...)” (Gil, 1999 como citado em Júnior & Júnior, 2011). Estas entrevistas possuem um determinado nível de estruturação, no entanto, o entrevistador fornece liberdade ao entrevistado (Gil, 2008). Deste modo, pretende-se realizar entrevistas semi-estruturadas a todos os entrevistados. Com as crianças e jovens, procura-se abordar os processos de acompanhamento de escolaridade e a sua relação com a comunidade escolar, bem como os seus projetos futuros. Quanto aos profissionais da equipa educativa, serão auscultadas as suas opiniões acerca do efeito das experiências de acolhimento no processo de escolarização, e também do acompanhamento escolar prestado. Relativamente à equipa técnica, a investigadora pretenderá questionar a percepção dos mesmos acerca dos trajetos escolares e hábitos de estudo das crianças e jovens, assim como compreender a percepção dos membros dessa equipa sobre os efeitos das experiências de acolhimento no processo de escolarização e ainda identificar o seu papel e o investimento nesse mesmo processo. É importante referir que na elaboração dos respetivos guiões de entrevista, teve-se em consideração os próprios objetivos da pesquisa bem como o dimensionamento dos principais conceitos envolvidos na mesma.

4. Técnicas de tratamento de dados

Após a recolha de dados, adotou-se a técnica de análise de conteúdo com o intuito de analisar os discursos dos entrevistados, formando-se categorias e subcategorias, utilizando o programa MAXQDA. Esta técnica consiste em “efetuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas (Vala, 1986 como citado em Amado, 2014). Com esta técnica, deve-se proceder a uma categorização, que consiste no “processo pelo qual os dados brutos são transformados e agregados em unidades que permitem uma descrição exata das características relevantes do conteúdo” (Holsti, 1989 como citado em Bardin, 1979 como citado em Amado, 2014). O principal intuito deste processo é agrupar os conteúdos das entrevistas, ou seja, organizá-los “(...) num sistema de categorias que traduzem as ideias-chave (...)” (Amado, 2014).

5. Aspetos éticos

As questões e dimensões éticas devem ser reconhecidas numa investigação, sejam elas relativas à própria investigação como também à postura ética do investigador (Amado, 2014). Assim, destaca-se, em primeiro lugar, os princípios éticos que o investigador deve seguir e cumprir numa investigação académica, nomeadamente responsabilidade, honestidade, fiabilidade e rigor, objetividade e integridade (Despacho nº86/2016 – ISCTE-IUL). Para além disto, é absolutamente fundamental assegurar a confidencialidade e privacidade de todos os participantes numa investigação, com o intuito de garantir o anonimato e de salvaguardar as informações pessoais (Amado, 2014).

Assim, neste âmbito, foi elaborado o Consentimento Informado, destacando-se o facto de terem sido realizados três documentos, respetivos a cada grupo de entrevistados, de modo a assegurar a confidencialidade e o anonimato de todos, que foram previamente lidos e assinados. Tendo em consideração que o estudo envolvia crianças, procurou-se obter a assinatura da Diretora Técnica da instituição. Nestes consentimentos, procurou-se identificar a questão de partida da investigação, bem como os principais objetivos, de forma que todos os participantes tivessem o maior conhecimento possível da pesquisa. É importante, também, referir que se pretendeu obter o consentimento das gravações das entrevistas.

Deste modo, é possível garantir que todas as questões éticas destacadas no Código de Conduta Ética do ISCTE (Despacho nº86/2016 – ISCTE-IUL) foram tidas em consideração e cumpridas na presente pesquisa.

Capítulo III – Apresentação e Discussão de Resultados

1. Caracterização dos entrevistados

A casa de acolhimento selecionada para esta investigação é uma Instituição Particular de Solidariedade Social com a finalidade de acolher crianças/jovens entre os dois e os 16 anos, de ambos os sexos, que se encontrem em situação de risco/perigo, proporcionando um contexto de vida o mais próximo possível a uma estrutura familiar, assegurando o seu bem-estar, desenvolvimento global e a satisfação de todas as suas necessidades básicas. A instituição deve elaborar projetos de vida adequados a cada criança/jovem, assim como garantir os meios de acesso à escolaridade e à formação profissional nos estabelecimentos devidamente adequados. Esta investigação foi desenvolvida através de duas amostras (crianças/jovens e profissionais), pois só assim seria possível compreender as duas perspetivas acerca do processo de escolarização das crianças e jovens.

Tabela 1 – Caracterização das crianças institucionalizadas

	Género	Idade	Ano escolar	Historial escolar	Motivos de acolhimento	Atual acolhimento	Outros acolhimentos
Criança 1 (C1)	Feminino	16	10º ano	Não reprovou; Integração escolar adequada	Maus-tratos físicos e psicológicos; abuso sexual; negligência	1 ano	1 vez- 3 meses
Criança 2 (C2)	Masculino	11	6ºano	Não reprovou; integração escolar adequada; antes do acolhimento era descuidado nas tarefas escolares	Maus-tratos físicos e psicológicos; negligência	Menos de 1 ano	0
Criança 3 (C3)	Feminino	12	7ºano	Não reprovou; Integração escolar adequada; Dificuldades de conteúdos;	Negligência; violência doméstica	8 anos e meio	1 vez- 1 ano
Criança 4 (C4)	Masculino	13	8ºano	Não reprovou; Integração escolar adequada	Abandono	4 anos	1 vez- 1 ano
Criança 5 (C5)	Feminino	9	4ºano	Não reprovou; défice cognitivo; fraco desempenho escolar pela questão cognitiva; a escolaridade foi feita sempre na instituição	Abuso sexual e físico	3 anos	0
Criança 6 (C6)	Masculino	13	6ºano	1 reprovação antes do acolhimento; antes do acolhimento tinha problemas comportamentais; Dificuldades de inteligência verbal;	Negligência na educação (absentismo escolar)	3 anos	1 vez- 1 ano
Criança 7 (C7)	Masculino	15	8ºano	Não reprovou; Bom desenvolvimento cognitivo; usufrui apoio pedagógico	Negligência na saúde	8 anos	0

Fonte: elaboração própria com a informação obtida das entrevistas e através da análise documental durante a realização de estágio curricular

Assim, no que diz respeito às crianças e jovens entrevistados, verifica-se que quatro são do sexo masculino e três do sexo feminino. Relativamente à idade, a maioria encontra-se na faixa etária dos 10-13 anos. No âmbito dos motivos que conduziram ao acolhimento, verificou-se a existência de situações de negligência, maus-tratos/abusos e também, de abandono. No âmbito da duração da institucionalização, evidenciou-se que o tempo de acolhimento varia muito, existindo crianças com uma duração de acolhimento bastante elevada, mas também crianças com uma duração de acolhimento mais reduzida. No que diz respeito a anteriores institucionalizações, nos casos em que ocorreram, verifica-se que nenhuma criança/jovem permaneceu nessas instituições por mais de um ano. Relativamente ao historial escolar, foi possível determinar que a maioria nunca sofreu nenhuma retenção escolar, verificando-se apenas uma criança que já passou por uma reprovação, mas que ocorreu anteriormente ao acolhimento (C6). Por outro lado, identificaram-se algumas crianças que manifestam dificuldades de aprendizagem (C3 e C6). Considera-se, igualmente, importante destacar que existe uma criança que beneficia de medidas de apoio pedagógico (C7), e também uma outra que demonstra diversos problemas a nível cognitivo (C5). De uma forma geral, a maioria das crianças e jovens acolhidos manifestam uma integração escolar bastante positiva.

Tabela 2 – Caracterização dos profissionais entrevistados

	Género	Faixa etária	Formação académica	Término da formação	Cargo desempenhado	Experiência na instituição	Experiência em acolhimento
Entrevistado 1 (E1)	Feminino	22	Serviço Social	2021	Assistente Social	1 mês e meio	1 vez – 1 ano
Entrevistado 2 (E2)	Masculino	31	Educação Social	2020	Educador Social	4 meses	1 vez – 1 ano e meio
Entrevistado 3 (E3)	Feminino	49	Psicologia	2014	Psicóloga	2 meses	1 vez – 2 anos
Entrevistado 4 (E4)	Feminino	26	Estudante de Educação Básica		Ajudante de Ação Educativa	1 ano	Nenhuma experiência
Entrevistado 5 (E5)	Feminino	22	Serviço Social		Ajudante de Ação Educativa	7 meses	Nenhuma experiência
Entrevistado 6 (E6)	Feminino	50	Psicologia		Ajudante de Ação Educativa	7 meses	1 vez no Brasil – 5 anos
Entrevistado 7 (E7)	Feminino	23	Serviço Social		Ajudante de Ação Educativa	2 semanas	1 vez – 9 meses
Entrevistado 8 (E8)	Feminino	40-50	Técnica auxiliar de educação; Formação Bancária		Ajudante de Ação Educativa	5 anos	Sem nenhuma experiência
Entrevistado 9 (E9)	Feminino	21	Estudante de Educação Social		Ajudante de Ação Educativa	2 anos	1 vez – 1 ano

Fonte: elaboração própria com a informação obtida das entrevistas

A análise da tabela permite identificar que a maioria dos entrevistados é do sexo feminino, exercem funções na instituição há pouco tempo, não tendo uma duração superior a um ano, existindo apenas dois com uma maior experiência de trabalho na instituição, entre dois e cinco anos. No âmbito da experiência de trabalho em acolhimento residencial, verificou-se que a maioria dos profissionais possui alguma experiência na área do acolhimento, tendo a maioria trabalhado em outras instituições apenas uma vez, durante um período não superior a dois anos, existindo apenas uma profissional com uma experiência mais elevada, de cinco anos.

Relativamente às habilitações dos técnicos, é possível identificar diversas formações académicas, nomeadamente Serviço Social, Psicologia e Educação Social. Quanto aos ajudantes de ação educativa, alguns possuem formações académicas de Serviço Social e de Psicologia. Verifica-se, também, que duas ajudantes de ação educativa se encontram a frequentar formações académicas, nomeadamente de Educação Básica e Educação Social.

Relativamente ao ano de formação, pode-se afirmar que a formação é bastante recente, tendo sido concluída há menos de 10 anos. Quanto à faixa etária, verificou-se que a maioria dos profissionais se encontra na faixa etária dos 20-30 anos, com três profissionais na faixa etária dos 40-50 anos, e apenas um no grupo etário dos 30-40 anos.

2. A escolarização das crianças e jovens acolhidos

2.1 Efeitos da institucionalização

De acordo com Amado et al (2003), a institucionalização é um processo bastante complexo, podendo provocar alguns efeitos e repercussões no percurso escolar. Deste modo, para conhecer os diversos trajetos escolares das crianças e jovens acolhidos, procurou-se compreender de que forma é que o acolhimento residencial poderá ter implicações no seu percurso escolar. Após a análise das entrevistas executadas, foi possível determinar que a institucionalização tem a capacidade de provocar efeitos desfavoráveis em vários setores da vida destas crianças e jovens, sendo a educação apenas uma das diversas áreas em que é possível observar essa influência (E2 e E9). Deste modo, verificou-se que existem vários problemas associados ao trajeto escolar destas crianças e jovens, nomeadamente os resultados escolares insatisfatórios e os comportamentos problemáticos (E2, E3, E5 e E9). Estas repostas estão de acordo com o que tem sido apontado por diversos autores sobre a influência do acolhimento e das histórias de vida no percurso escolar, originando vários problemas, entre os quais, o insucesso escolar e a indisciplina (Amado, Ribeiro, Limão & Pacheco, 2003 como citado em Caio, 2014).

“negativa [relação entre a institucionalização e a escola] não é, que é o que é normal não é, e é o que faz sentido (...) na maioria, é claro que nem todas as crianças são assim, mas é uma maioria, têm

perturbações associadas não é (...) estes sistemas estão assim um bocado comprometidos por causa da situação e depois todos têm influência, e a escola é mais uma dimensão que pronto, não é só a escola que não corre bem (...) são os vários contextos que não corre bem (...)” (E2)

“no percurso escolar das crianças com certeza, completamente (...) porque a maior parte deles não têm boas notas no geral e até uma questão comportamental também na escola não é grande coisa, o comportamento deles portanto claro que sim (...) acho que tem impacto em tudo e a escola é só mais uma das áreas que tem impacto muito grande mesmo” (E9)

De acordo com vários autores, as histórias de vida traumáticas destas crianças e jovens acabam por provocar um elevado nível de desinteresse escolar (Amado et al., 2003; Caio, 2014). Segundo os profissionais entrevistados, um dos grandes efeitos do acolhimento residencial é mesmo o elevado índice de desinteresse e desmotivação pelas atividades escolares. As crianças/jovens não compreendem a necessidade de investir na sua escolaridade, não vendo qualquer utilidade para a sua realidade (E3, E9).

“(...) eu acho que é mais o desinteresse e a falta de vontade de apreender” (E9)

“eles acham que não merecem ter uma família, que a culpa do acolhimento normalmente é deles, é um dos mitos que nós temos de tirar da cabecita deles, portanto se eles não são bons para ter uma família, também porque é que têm de investir na escola, porque é que têm de ser bons na escola portanto logo aí isso reflete-se nos resultados deles” (E3)

Na mesma linha de pensamento, constatou-se que estas crianças e jovens, podem ter que manifestar uma força de vontade mais elevada para conseguirem ultrapassar o facto de estarem acolhidas (E8). De acordo com vários autores, estas crianças apresentam problemas de iniciativa (Eckenrode, Laird e Doris, 1993; Erickson, Egeland e Pianta, 1989, como citado por Ribeiro e Castro, 2011 como citado em Brandão, 2015).

“(...) se calhar estes [crianças em acolhimento] têm que demonstrar um pouco mais e empenhar-se um pouco mais para ultrapassar aquelas questões burocráticas de apontar dedos, de vens de outra casa, de vens de um sítio diferente, mas se calhar também é isso que lhes dá mais garra para eles lutarem e a seguirem em frente” (E8)

De acordo com alguma bibliografia, constatou-se que estas crianças demonstram elevadas dificuldades de concentração, que se traduzem consequentemente, em dificuldades de aprendizagem (Caio, 2014). Assim, um dos efeitos do acolhimento destacados foi exatamente os problemas e dificuldades de concentração (E4).

“não estarem concentrados (...)” (E4)

De acordo com a literatura, devido ao historial de vida, estas crianças/jovens têm tendência para manifestarem atitudes e comportamentos mais problemáticos, demonstrando uma fraca tolerância à frustração (Duarte Santos, Velho, Lopes e Fadigas, 2012 como citado em Oliveira,

2015). Deste modo, é importante salientar as perspetivas de duas profissionais que apontam o impacto do acolhimento no trajeto escolar, por via do elevado nível de ressentimento e frustração (E1 e E5).

“(...) o tempo que eles passam aqui é tempo de frustração não é, porque eles não querem estar aqui, nenhuma criança deveria vir para uma casa de acolhimento, isto não é vida nem é futuro para ninguém, em algum momento da vida deles isto foi a melhor solução, isso aí não há questão, mas eu acho que isto é muito frustrante para eles até a nível de relações sociais (...)” (E)

“sim, acho que sim, por exemplo tens crianças que ficam tão ressentidas ou tão frustradas com esta situação que depois isso se revê na escola” (E5)

No decurso da investigação, constatou-se que as crianças e jovens acolhidos manifestam uma saudade do ambiente familiar, o que se pode refletir no trajeto escolar (E5) e que está de acordo com Ferreira e Cosme (2020), quando afirma que as situações de risco familiares acabam por influenciar a vida destas crianças em vários setores, entre os quais, as aprendizagens. De acordo com Lima (2017), a ausência de uma relação afetiva estável com a família pode influenciar o sucesso escolar.

“(...) terem falta da família [efeitos do acolhimento no trajeto escolar]” (E5)

Considera-se importante salientar uma perspetiva diferente, que identifica uma associação entre a percepção da criança acolhida acerca da instituição e os seus resultados escolares, na medida em que as que manifestam uma visão mais acolhedora da instituição acabam por demonstrar resultados mais favoráveis, enquanto as que vêm a instituição com ressentimento e desagrado, têm tendência a registar um desempenho mais insatisfatório (E1).

“(...) há casos em que (...) eles voltam para casa e há casos em que eles voltam para a casa de acolhimento, ou seja, eles estão na escola e eles sabem que vão voltar para a casa de acolhimento e há outros casos em que eles sentem a casa de acolhimento realmente como uma casa e nesses casos é muito mais fácil de criar aqui esta relação porque é, o facto de eles se sentirem discriminados por estar numa casa de acolhimento piora bastante a relação na escola, quer em contexto social quer em contexto de aulas e eu acho que é muito por aí, os que sentem que são discriminados de alguma forma ou que se autodiscriminam por estar numa casa de acolhimento têm uma pior relação com a escola (...)” (E1)

De acordo com Oliveira (2015), um dos principais fatores que poderá conduzir ao sucesso escolar das crianças e jovens em acolhimento residencial poderá ser o facto de estas apresentarem relações sociais positivas com os colegas e pares. Deste modo, verificou-se que quando o contacto social não é de qualidade, o desempenho tenderá a ser mais insatisfatório (E1).

“(...) o acolhimento afeta tudo se eles não têm boas relações sociais na escola o desempenho escolar também vai ser pior porque eles estão sozinhos, e eu acho que vai sempre afetar tudo (...)” (E1)

Numa perspetiva completamente distinta e de acordo com Oliveira (2015) a formação dos cuidadores poderá conduzir ao sucesso escolar das crianças. Deste modo, determinou-se que o acolhimento poderá ser positivo para os resultados escolares, graças ao maior e melhor acompanhamento escolar prestado pela instituição, tendo em conta as várias áreas de formações dos profissionais, o que poderá constituir um incentivo para as crianças e jovens (E6, E7, E8). Brandão (2015) partilha igualmente da mesma opinião quando afirma que o acolhimento poderá ter a capacidade de provocar uma melhoria dos resultados escolares devido ao maior acompanhamento escolar existente.

“eu acho que entra numa rotina de entendimento do acolhimento e também na perspetiva que as pessoas vão dando, que a equipa vai dando para a pessoa que é acolhida, para o menor acolhido, eu acho que ele vai entrando na rotina escolar” (E6)

“(...) sei que pronto este apoio que eles vão recebendo ao longo do seu percurso escolar aqui na Casa eu considero que é bastante importante até porque temos o apoio de todas as estagiárias e as educadoras que têm conhecimento em diversas áreas, diversas áreas escolares, temos várias formações e por isso considero que é importante nesse sentido (...)” (E7)

“a família destruída dá sempre muito menos apoio, numa casa de acolhimento há sempre muito mais apoio a nível de estudos (...)” (E8)

No entanto, por outro lado, identificou-se uma resposta que parece contrariar esta perspetiva, afirmando que numa situação de acolhimento as crianças podem não conseguir desenvolver resultados escolares positivos, enquanto numa situação familiar poderão alcançar um desempenho escolar mais favorável devido ao maior acompanhamento e ao apoio que vão recebendo (E3).

“(...) agora depende se vão [crianças em acolhimento] ficar em contexto de acolhimento, se vão conseguir de facto ser adotados e acho que quando forem adotados ali o percurso escolar tenderá a normalizar (...) normalizar na questão de notas (...) uma criança que for adotada terá um contexto familiar diferente terá uma atenção mais individualizada (...) esse percurso escolar irá normalizar como outras crianças que estão nas suas famílias biológicas, estando em contexto de acolhimento será sempre mais difícil (...)” (E3)

2.2 Relação com a comunidade escolar

De uma forma geral, as crianças e jovens em acolhimento residencial têm demonstrado uma relação com a comunidade escolar bastante desfavorável, desvalorizando a instituição escolar (Silva, 2010 como citado em Caio, 2014). Desta forma, para compreender como é que as crianças e jovens visualizam e percecionam a escola, considerou-se importante abordar as suas representações. Segundo Clemente (2019), a maioria das crianças e jovens em acolhimento

demonstram apreciar a escola. Neste âmbito, verificou-se uma elevada apreciação positiva face à escola por parte das crianças entrevistadas (C1, C2, C3 e C5), sendo importante evidenciar que alguns valorizam mais a escola relativamente à instituição (C1, C2 e C3).

“estou feliz porque não estou aqui” (C2, 6ºano)

Por outro lado, identificaram-se representações mais negativas acerca da escola, devido a esta provocar tédio e obrigar à necessidade de estudar (C4 e C6).

“sim mas estou a dizer é uma seca” (C4, 8ºano)

“mais ou menos, não gosto muito (...) por causa que eu tenho de estudar e eu não quero” (C6, 6ºano)

Vale a pena referir que algumas crianças demonstram uma insatisfação com o espaço escolar que frequentam, sendo destacadas situações de bullying (C3 e C4). Por outro lado, parece existir uma extrema indiferença relativamente à escola, o que poderá estar associada a um elevado desinteresse (C7).

Assim, é possível afirmar que tanto existe uma apreciação positiva como negativa da escola por parte das crianças acolhidas. De acordo com a literatura, nos casos em que a apreciação é mais desfavorável, esta mesma acontece devido ao facto de o espaço escolar não ter tido a capacidade de proporcionar emoções e sentimentos positivos para estas crianças (Abrantes, 2011 como citado em Caio, 2014).

Relativamente às próprias valorizações no espaço escolar, verificou-se uma grande apreciação pelas relações sociais (C1, C2, C3, C4, C6 e C7), o que coincide com a perspetiva de Clemente (2019), que indica que estas crianças e jovens valorizam bastante as relações sociais que mantêm com os colegas da escola.

“os meus amigos porque convivem mais” (C1, 10ºano)

“os amigos (...) porque no meu caso a minha turma é bué unida (...)” (C2, 6ºano)

Se por um lado, é de destacar as valorizações acerca das atividades relacionadas com o lazer, nomeadamente o desporto e atividades realizadas ao ar livre (C2, C4, C5 e C6), por outro lado verificou-se uma reduzida valorização do contexto de sala de aula (C4 e C5), o que não coincide com o discurso de Clemente (2019), em que as novas aprendizagens constituíam um dos aspetos mais valorizados na escola. É importante destacar que esta desvalorização do contexto de sala de aula pode estar relacionada com o elevado desinteresse escolar que estas crianças podem manifestar.

“é as aulas (...) eu sinto-me bem, eu estou sempre a ler e a escrever, porque sabes, eu às vezes faço português e matemática, e às vezes fazemos plástica” (C5, 4ºano)

Segundo Brandão (2015), um dos fatores que pode conduzir ao sucesso escolar destas crianças e jovens está relacionado com as interações que estas crianças mantêm com os seus

colegas e professores. Assim, no que diz respeito às relações com os docentes, determina-se que existe um predomínio das interações positivas (C1, C3, C5 e C7).

“eu gosto dos meus professores, eles ajudam-me muito (...) tratam-me como se eu fosse normal, e como se eu tivesse numa família normal, eles dão-me as coisas iguais aos meus colegas (...)” (C3, 7ºano).

Por outro lado, verifica-se também interações com os professores um pouco mais desfavoráveis. Nesse sentido, verificou-se uma situação mais problemática (C2), que ocorreu devido a uma questão comportamental. De acordo com Brandão (2015) e Santos (2009) a maioria das relações problemáticas ocorrem devido que a situações de indisciplina. Por outro lado, verificou-se uma associação entre a apreciação da disciplina e a relação com os docentes, em que a relação com o docente está relacionada com o gostar da disciplina (C4). No entanto isto não coincide com a perspectiva de Santos (2009), que afirma que é a relação do docente que pode influenciar uma maior apreciação pela disciplina.

“porque os professores da minha escola não são assim tão fixes (...) depende dos professores mas alguns são fixes (...) nem todos os professores são (...) também depende da disciplina, porque há disciplinas que eu gosto mais que outras” (C4, 8ºano).

É importante destacar uma criança que identifica que alguns dos seus docentes não são muito estimulantes na sua prática pedagógica (C1), pois a fraca estimulação por parte dos docentes pode influenciar, negativamente, a motivação escolar (Brandão, 2015).

“puxam só que depende dos professores, há uns que não se dão muito ao trabalho, só ensinam e só isso” (C1, 10ºano).

Noutra perspectiva, verificou-se uma criança que afirma que estabelece uma melhor relação com alguns professores, devido ao facto de essas relações existirem há mais tempo (C6).

No âmbito das interações com os pares, determina-se uma pequena prevalência das relações positivas, destacando-se uma aceitação, bem como proximidade nas relações sociais (C1, C2, C4 e C7), o que indica uma rede social bastante positiva, pois a interação social entre estas crianças e os seus pares contribui imenso para o seu desenvolvimento social (Melo, 2008 como citado em Brandão, 2015).

“a nossa relação com os meus amigos é bastante boa, eu entrei tarde na escola então eles acolheram-me bem” (C1, 10ºano)

Contudo, verificaram-se interações mais desfavoráveis com os colegas (C3, C5 e C6) evidenciando situações de bullying e comportamentos escolares problemáticos. De acordo com Santos (2009), as relações sociais problemáticas manifestam-se, acima de tudo, através de comportamentos violentos.

“(...) a relação com os meus colegas às vezes é diferente porque eles às vezes tratam-me de forma diferente da deles ou das outras pessoas porque eu estou numa instituição (...) isso faz-me sentir triste porque acho, porque todos os dias estão-me a lembrar que eu sou diferente (...)” (C3, 7ºano

“alguns problemas (...) são coisas para resolver (...) brigas e essas coisas” (C6, 6ºano)

De uma forma geral, segundo a perspectiva das crianças, a relação com a escola é bastante positiva, no entanto a percepção da maioria dos profissionais é completamente diferente, pois estes destacam a existência de vários problemas em contexto escolar (E2), nomeadamente um elevado grau de desmotivação escolar (E2, E3 e E4), o que está associado à situação de acolhimento (E3).

Segundo a bibliografia, o elevado nível de desmotivação e desinteresse escolar destas crianças pode estar associado à história de vida e às experiências traumáticas vivenciadas (Amado et al., 2003; Brandão, 2015; Caio, 2014).

“(...) regra geral as crianças têm bastante dificuldade a nível escolar (...) quer a nível dos resultados quer a nível comportamental e na relação com os pares (...) há problemas de falta às aulas, problemas comportamentais, problemas disciplinares, portanto isso é uma realidade” (E2)

(...) eles entendem que o facto de estarem acolhidos acabam por ser um bocadinho marginais em relação aos pares que estão na escola e utilizam isso um bocadinho como desculpa para não se esforçarem (...) tem que haver mais investimento da parte deles e muitas vezes eles não estão dispostos (...)” (E3)

No entanto, considera-se importante revelar que existe uma pequena quantidade de profissionais que destacam fortes e positivas motivações escolares (E1 e E7).

“(...) eles dizem sempre que correu bem até falam das matérias que gostaram mais e eu acho que eles realmente gostam de ir para a escola, vejo mesmo (...) essa motivação” (E7)

Nesta linha de pensamento, outros profissionais destacaram uma relação das crianças com a comunidade escolar até bastante positiva, essencialmente devido às relações sociais que vão formando (E3 e E7), pois o convívio social é um dos aspetos mais valorizados no espaço escolar (Catarino, 2018).

“eles dizem-me sempre que correu tudo bem e que gostaram, eu acho que é mais por estarem com os seus amigos e por puderem estar aqui fora um bocado da Casa sim, e também digo desanuviar aqui deste âmbito, deste ambiente (...)” (E7)

No âmbito do comportamento escolar, verifica-se tanto comportamentos positivos como negativos, variando e dependendo muito de criança para criança (E1, E2 e E3). É importante salientar que estes comportamentos em contexto escolar poderão estar relacionados com a situação de acolhimento residencial (E2), pois tal como afirma Brandão (2015) estas crianças e jovens parecem demonstrar problemas comportamentais, que podem estar associados com a institucionalização.

“(...) eu acho que há uma relação entre a situação de acolhimento e os comportamentos na escola (...)”
(E2)

“é assim temos crianças que a nível de comportamento não há nada a salientar e depois há outros casos em que realmente temos as Diretoras de Turma a contactarem-nos e a dizerem de facto que às vezes têm comportamentos pouco adequados” (E3)

Considera-se pertinente salientar que a relação com a escola, bem como a motivação e os comportamentos escolares pode depender da capacidade das escolas em fornecerem respostas adequadas às necessidades das crianças (E1 e E3). Segundo Delgado (2008), a escola não possui as condições necessárias para acolher e aceitar estas crianças em acolhimento.

Noutra perspetiva, a relação com a escola também pode estar associada à faixa etária das crianças, na medida em que as crianças mais velhas manifestam uma relação mais positiva devido a uma maior capacidade de socialização, enquanto as mais novas têm uma maior dificuldade a nível de conteúdos e de socialização (E9).

Considera-se relevante salientar respostas que indicam que o aborrecimento e a desmotivação escolar destas crianças não estão necessariamente associados à situação de acolhimento, mas sim ao facto de serem simplesmente crianças (E5, E6, E8), pois o interesse e o tédio existente em contexto de sala de aula pode estar relacionado com a própria escolarização, não sendo algo específico do acolhimento (Amado et al., 2003, como citado em Santos, 2009).

Deste modo, não é possível identificar uma postura consensual, pois verifica-se uma divergência de posições e opiniões, o que coincide com Caio (2014), no sentido de que nem todas as crianças e jovens em acolhimento manifestam a mesma relação com a escola, existindo umas que visualizam a escola como um ambiente positivo, e outras que realmente demonstram uma insatisfação com o ambiente escolar. É importante destacar que as diferenças entre os relatos das crianças e dos profissionais podem ser explicados pelo facto de estes últimos poderem estar-se a referir a uma situação mais geral.

2.3 Relação com o estudo

Para além da relação com as comunidades escolares, procurou-se saber como é que as crianças acolhidas visualizam o estudo, de modo a compreender o destaque que estas dão à aprendizagem. Neste sentido, determinou-se que existe um elevado índice de desinteresse e desmotivação (C1, C2, C4, C5, C6 e C7), existindo apenas uma criança que manifesta uma apreciação favorável (C3).

“não gosto, é uma obrigação” (C1, 10ºano)

“sinto que me empenho e sinto que é uma coisa que me vai ajudar nos testes e me vai ajudar mais tarde quando for para entrar para a faculdade” (C3, 7ºano)

Nas repostas encontradas, verificou-se uma insatisfação no que diz respeito ao estudo, por este ser aborrecido. De acordo com Santos (2009), estas crianças manifestam uma rejeição ao estudo, acima de tudo, por este ser aborrecido.

“(…) é aborrecido (…) porque ninguém gosta de estudar”

Na perspetiva dos profissionais, volta-se a reforçar os elevados níveis de desinteresse, demonstrando uma falta de vontade e de empenho no estudo (E1, E2, E3, E4, E9). Segundo Santos (2009), verifica-se uma elevada rejeição do estudo.

“(…) por vezes estão desatentas e algumas vezes pouco colaborantes (…) acho que só dois é que de facto acabam por cumprir e não é preciso insistir muito” (E3)

“(…) eu acho que é mais o desinteresse e a falta de vontade de apreender” (E9)

Considera-se importante revelar que, apesar das crianças manifestarem um descontentamento em estudar, compreendem a necessidade de o fazer (C6 e C7), reconhecendo a sua importância. Segundo Clemente (2019), todas as crianças em acolhimento manifestam uma consciencialização da relevância dos estudos para o futuro.

“eu não gosto de estudar muito mas tem que ser (…) para que o nosso futuro seja bem e que a gente aprenda (…) tenho de estudar senão como é que eu sei as coisas, depois não sei nada” (C6, 6ºano)

Noutra perspetiva, concluiu-se que o estudo apenas é entediante quando ocorre na instituição, sendo que o estudar na escola é mais interessante, devido à interação com os pares (C2). Assim, constata-se tanto um interesse no convívio social como uma preferência pela partilha de estratégias e métodos de estudo. Segundo Clemente (2019), uma das possíveis estratégias identificadas para a superação das dificuldades de aprendizagem é o estudar entre colegas.

“não tenho vontade (…) estudar na escola não mas aqui é (…) porque posso estar com os meus amigos e (…) a gente fala de coisas paralelas mas estudamos ao mesmo tempo, falamos do que é que se passou, falamos do que é que se passa na vida (…) enquanto estamos a estudar” (C2, 6ºano)

Relativamente ao empenho e dedicação ao estudo, algumas crianças manifestam uma percepção desfavorável acerca do seu próprio empenho, afirmando que no seu ambiente familiar, a dedicação ao estudo era mais elevada (C2).

3. O Acompanhamento do processo de escolarização

3.1 Organização escolar da instituição

Segundo Gharabaghi (2011), é absolutamente essencial que as instituições de acolhimento promovam uma cultura de educação e de aprendizagem. Neste sentido, verificou-se a existência de uma rotina de estudo para todas as crianças e jovens, através de um apoio e acompanhamento escolar e de um estudo autónomo supervisionado, com horários definidos (E1, E2 e E3). De acordo com Trigo (2015), a definição de horários para o estudo é essencial nas instituições de acolhimento, para que as crianças acolhidas dediquem tempo à sua aprendizagem.

“eles têm explicações, ou seja, com horário definido, têm também um horário definido para o estudo acompanhado (...)” (E3)

Neste sentido, procurou-se, também, conhecer a percepção das crianças relativamente ao apoio escolar. Estas identificaram algumas dimensões a melhorar, referindo que o tempo dedicado às horas de estudo é exagerado, não existindo momentos para o descanso, demonstrando alguma insatisfação com os horários de estudo (C2, C3 e C7). De acordo com Faria et al. (2008), as crianças acolhidas evidenciam um descontentamento com os horários definidos para o estudo.

“(...) podiam diminuir a hora de estudo, (...) porque temos a escola, temos as explicações, temos as atividades extracurriculares (...) e depois ainda temos a hora de estudar ao fim de semana, que tempo é que a gente tem nesse espaço para descansar (...) também melhorava as menos horas” (C2, 6ºano)

Segundo Santos (2018), existe uma maior preferência pelas crianças pelo estudo individual, essencialmente, por este promover uma melhor concentração, o que está em concordância com as respostas desta pesquisa, em que se determinou uma maior preferência em estudar individualmente, pois auxilia na concentração, devendo existir uma reorganização das horas de estudo de cada criança (C1, C2, C3, C5 e E4).

“(...) às vezes gosto de estudar no meu quarto quando está muitas pessoas para me concentrar mais (...) pedir um bocadinho pedir mais concentração ou pedir tipo termos tempos diferentes (...)” (C3, 7ºano)

“acho que eles deviam estar se calhar mais dispersos entre eles (...) porque eles distraem-se muito mesmo (...)” (E4)

Foi, também, possível compreender que na realidade o estudo na instituição é, essencialmente, realizado em grupo, com algumas crianças a preferir o estudo coletivo por assim ser menos entediante (C4, C6 e C7).

Noutra perspetiva, encontra-se uma resposta que defende que o tempo de estudo deve ser organizado consoante as idades das crianças (C3).

Assim, constata-se uma preocupação com a aprendizagem das crianças, uma vez que é implementada uma rotina de estudo, que segundo Trigo (2015) é essencial pois é necessário que as casas de acolhimento definam horários para que as crianças consigam dedicar tempo à sua aprendizagem.

3.2 Acompanhamento e investimento na escolaridade

De acordo com Trigo (2015), é necessário que as casas de acolhimento proporcionem um apoio adicional escolar a estas crianças e jovens. Com efeito, a instituição em estudo proporciona dois modos de acompanhamento escolar, nomeadamente explicações providenciadas por um Centro de Estudos e um apoio e supervisão escolar pelos profissionais da instituição.

“está sempre alguém a acompanhar sim (...) quer no estudo autónomo, na videochamada um bocadinho menos porque eles têm o professor do outro lado (...) mas mesmo assim há sempre uma pessoa destacada para acompanhar a criança àquela hora (...)” (E1)

“na explicação do centro de estudos e no estudo autónomo é a estagiária (...) há os educadores quando ela não está” (C3, 7ºano)

Neste sentido, procurou-se, também, conhecer quais as atividades e dinâmicas realizadas. Assim, verificou-se que existe uma tentativa de incentivo e orientação de estudo, bem como de estimulação e promoção da motivação e da concentração, para que as crianças alcancem o seu potencial escolar (E5, E6, E9), o que evidencia uma concordância com a literatura, pois esta indica que as instituições de acolhimento devem desenvolver um apoio escolar que permita o alcance de todo o potencial escolar das crianças (Joint Report, 2009 como citado em Gharabaghi, 2011).

“(...) o máximo que podes fazer é incentivar ao estudo, veres que testes é que têm e assim mais próximos e orientares (...)” (E5)

“(...) dando todo o potencial de trabalho de casa, ajudando na potencialidade deles (...) dando motivação para que eles continuem o foco (...) ajudando na matéria (...)” (E6)

Considera-se importante referir que uma criança afirma estar um pouco insatisfeita com as atividades realizadas no apoio ao estudo, salientando que gostava de realizar mais atividades de leitura (C5), o que de acordo com a investigação realizada por Santos (2018) deverá ser um aspeto a explorar.

De acordo com Santos (2009), a existência de um acompanhamento escolar pode ser fundamental para o desempenho escolar destas crianças. Deste modo, determinou-se que a instituição realiza um acompanhamento e investimento na escolaridade e aprendizagem das crianças bastante positivo, aplicando fundos monetários e financeiros no seu processo de

escolarização, realizando parcerias com outras entidades e ainda através da adesão de projetos que envolvem a deslocação de docentes à instituição.

“eu acho que a Casa investe bastante na aprendizagem das crianças até porque eu tenho experiência noutros centros de acolhimento e realmente o facto de haver uma parceria com um centro de estudos, o facto de haver disponibilidade de explicações porque não é só a professora que é do Estado, há mesmo uma parceria com um centro de estudos que faz explicações por videochamada das diversas disciplinas que as crianças tenham dificuldades e eu acho que isso é mesmo um ótimo investimento (...)” (E1)

“eles também têm o projeto CASA aqui, (...) uma professora que vem às casas de acolhimento que se chama o projeto CASA (...) “tentamos articular o trabalho com essa professora do projeto CASA e dos centros de estudos, entre as pessoas que acompanham diretamente o estudo, achamos que isso era uma necessidade (...) nós investimos dinheiro na formação deles porque este centro de estudos é pago (...)” (E2)

Verificou-se ainda que o próprio Educador Social realiza um acompanhamento diário da escolaridade das crianças acolhidas, considerando-o bastante positivo (E2).

Para além disso, constatou-se que a instituição realiza um investimento inovador, na medida em que procede à elaboração e implementação de novos instrumentos e medidas de apoio à escolarização e à aprendizagem das crianças.

“(...) na maioria das vezes está, nem sempre esteve [acompanhamento e supervisão escolar] (...) mas foi uma das medidas que nós implementamos face aos resultados (...) agora nós temos um instrumento que é uma grelha de necessidades e que qualquer pessoa que lhes esteja a ajudar consegue rapidamente perceber quais são as dificuldades e tentar direccionar o estudo (...)” (E2, Educador Social)

De acordo com a investigação de Catarino (2018), identificou-se a existência de medidas de acompanhamento da escolaridade que podem auxiliar no rendimento escolar, nomeadamente o envolvimento de professores na instituição, o que coincide com as repostas encontradas nesta pesquisa, pois verifica-se um acompanhamento escolar bastante diversificado, contemplando vários processos diferentes de acompanhamento da escolaridade, entre os quais se encontra o apoio escolar específico de professores na instituição.

Neste sentido, considerou-se importante conhecer as dificuldades que possam surgir, tendo-se determinado que as principais dificuldades estão associadas à falta de interesse e à concentração (E4, E7, E9). De acordo com Oliveira (2015), os profissionais defendem que a desmotivação é uma das grandes dificuldades.

Por outro lado, verificou-se, uma ausência de conhecimentos básicos, que estão na origem de dificuldades de aprendizagem (E5 e E6), tal como na pesquisa de Catarino (2018) se verificou que as crianças em acolhimento demonstram uma grande ausência de aquisições básicas.

“(…) acho que concentração é o principal [dificuldade] é muito difícil fazê-los concentrar ou ter minimamente o interesse sobre o que estão a estudar (...) eles é que não querem mesmo e não lhe dão oportunidade” (E9)

Por outro lado, foram evidenciadas dificuldades comportamentais como obstáculo ao acompanhamento e apoio escolar, podendo afetar os resultados do próprio acompanhamento (E2). Noutra perspetiva, a falta de conhecimentos e de formação dos profissionais em determinados conteúdos foi identificada como uma dificuldade (E5), algo também identificado na pesquisa de Oliveira (2015), em que a fraca formação dos profissionais que supervisionam o estudo é considerada uma dificuldade.

Identificaram-se, também, dificuldades relacionadas com os conteúdos, nomeadamente a nível da matemática, português e, também, o inglês (E3 e E4).

Contrariamente, alguns profissionais defendem que as dificuldades variam de criança para criança e das suas características, não estando relacionado com o acolhimento residencial (E8).

Procurou-se, igualmente, saber se as crianças e jovens acolhidos se encontram satisfeitos ou insatisfeitos com o acompanhamento escolar. De uma forma geral, existe uma satisfação com o apoio escolar fornecido (C1, C3, C5, C6 e C7), o que pode indicar uma valorização do acompanhamento escolar.

“(…) quando não estou a perceber as coisas ajudam-me a perceber melhor, ajudam-me às vezes a concentrar-me mais quando há mais outras crianças na sala” (C3, 7ºano)

No entanto, também, se verificaram respostas um pouco mais depreciativas, evidenciando um descontentamento no que diz respeito ao acompanhamento, mas ao mesmo tempo entendem e reconhecem a importância do mesmo (C2 e C4).

“porque assim demoro menos tempo e percebo mais a matéria (...) também há educadores que eu não gosto lá muito, não explicam lá muito” (C4, 8ºano)

Deste modo, é possível afirmar que todas as crianças acolhidas, independentemente de se encontrarem satisfeitas ou não com o acompanhamento escolar fornecido, reconhecem a importância deste, o que coincide com o estudo de Oliveira (2021), em que as jovens acolhidas manifestaram uma satisfação no acompanhamento escolar, reconhecendo desta forma a importância que este tem na sua vida.

É também possível destacar resultados positivos proporcionados por este acompanhamento da escolaridade. Desta forma, verificou-se que a maioria dos profissionais reconhecem a necessidade da existência de um acompanhamento escolar, evidenciando os resultados positivos que este tem provocado no trajeto escolar, nomeadamente a nível do interesse e da motivação (E1, E2, E7 e E9).

“(...) eu acho que eles até têm demonstrado aqui mais interesse e mais motivação por ter alguém a acompanhar (...) e a assistir, eu acho que isso facilita muito (...) é muito positivo sim” (E1)

“acho, acho que precisam e acho que isso ajuda justamente nos problemas que eles andam a ter na escola (...) défices de atenção e dificuldades para prestar atenção nas matérias nas disciplinas, assim eles conseguem apreender um bocadinho mais” (E9)

Nesta perspetiva, procurou-se identificar aspetos que possam ser melhorados, tendo-se determinado que deve existir uma aquisição de diferentes recursos humanos que possam prestar um apoio nas diferentes áreas de estudo, uma alteração da organização do acompanhamento, mais especificamente dos recursos humanos, bem como uma melhoria das suas atitudes, na perspetiva das crianças (C1 e C2).

Na perspetiva dos profissionais, verificou-se que um acompanhamento e apoio escolar mais individualizado e próximo das crianças seria um aspeto a explorar (E3, E4, E5, E6, E8), estando em concordância com a perspetiva de Oliveira (2015), em que um apoio escolar mais individualizado foi um dos aspetos a realizar no futuro.

“(...) poder-se-ia ver se calhar um método de estudo de cada um individualmente e otimizar esse método de estudo de acordo com cada criança não é de uma forma individualizada (...) eu acho que teríamos benefícios na questão de eles estudarem melhor, ou seja, terem mais qualidade no tempo de estudo (...)” (E3)

“dar um melhor e mais exclusivo acompanhamento a cada criança (...) mais pessoas para fazerem um acompanhamento mais personalizado (...) os próprios educadores poderem fazer esse acompanhamento (...)” (E8)

Para além disso, verificou-se um reforço da valorização e da importância da escolaridade, devendo-se continuar a incentivar e a estimular o estudo nestas crianças e jovens, de modo que estas consigam usufruir desse apoio escolar, seja a nível dos conteúdos como também em termos motivacionais (E6 e E7). De acordo com Trigo (2015), deve-se prestar um apoio escolar diversificado, seja em termos dos conteúdos como também a nível da motivação.

Por outro lado, alguns profissionais que não identificaram nenhuma dimensão a melhorar, afirmando que a instituição já proporciona todo o acompanhamento e investimento escolar necessário, sendo que a responsabilidade agora é das crianças (E6 e E9).

Considera-se importante salientar uma outra resposta, que determina que o tempo dedicado ao estudo poderá ser um pouco exagerado e que devia existir um horário para os tempos livres, no entanto compreende a necessidade de se investir tanto na escolaridade das crianças e jovens devido aos seus resultados escolares insatisfatórios (E3).

Deste modo, a instituição em estudo tem em vista o sucesso escolar das crianças acolhidas, visto que demonstra uma verdadeira e real preocupação com a aprendizagem das crianças,

valorizando a sua educação, pois tal como afirma Trigo (2015), para promover o sucesso escolar no acolhimento residencial é necessário desenvolver atividades que promovam a valorização da aprendizagem.

3.3 Relação entre a escola e a instituição

Outra forma de acompanhamento do processo de escolarização das crianças em acolhimento é através da relação entre a escola e a instituição, em que deve coexistir um conhecimento mútuo dos acontecimentos que ocorrem tanto em contexto escolar como em contexto institucional, (Martin & Jackson, 2002 como citado em Mateus, 2020)

Neste âmbito, concluiu-se que a escola e a instituição de acolhimento mantêm uma relação bastante próxima, realizando um contacto frequente, estando acessível para uma partilha de conhecimentos (E1, E2 e E3).

“nós mantemos uma relação de muita proximidade com a escola no geral, (...) é claro que tendencialmente mantemos uma relação ainda mais ligada com as crianças que têm mais problemas comportamentais, mas (...) às vezes nem sempre é assim também tem a ver um bocado com a necessidade (...) temos uma relação, uma comunicação eficaz, a escola quando há problema manda logo email nós respondemos logo” (E2)

“(...) a relação com a escola é uma relação cordial, os Diretores de Turma falam com o Encarregado de Educação que é o (...) educador social quando há alguma questão a resolver seja de comportamentos seja de conteúdos (...)” (E3)

Verificou-se, também, que a escola tem conhecimento da situação de acolhimento das crianças e jovens (E1), o que permite uma maior compreensão da situação e do processo da criança, pois segundo Delgado (2008), os docentes devem estar ocorrentes do que implica estar em acolhimento e os motivos que levaram a essa situação.

Assim, constatou-se que a instituição e a escola estabelecem uma relação bastante adequada e positiva, baseada na colaboração e partilha de informações e conhecimentos, tal como Delgado (2008) defende, quando afirma que é necessário que a escola e a instituição de acolhimento sejam parceiras e haja uma colaboração entre a questão escolar e a questão social.

4. As condições da instituição

Segundo Brandão (2015), a instituição de acolhimento deve proporcionar condições adequadas à aprendizagem das crianças, facultando recursos materiais adequados e suficientes. Neste sentido, considerou-se importante avaliar os recursos e as condições da instituição, para compreender o investimento realizado neste âmbito. Assim, determinou-se que por um lado, a

instituição realiza um investimento adequado no que diz respeito às condições e recursos de apoio à aprendizagem, visto que os profissionais e a maioria das crianças identificam boas condições, acreditando que os recursos disponíveis são adequados e suficientes para a aprendizagem, existindo apenas uma criança que identifica recursos materiais insuficientes (C4).

“sim, para estudar sim (...) tipo na questão de estudar sim, mas a Casa em si não tem” (C1, 10ºano)

“é bom (...) não têm poucas condições, têm boas” (C7, 8ºano)

“sim, por acaso sim, eles têm computador, têm acesso a livros e (...) e em níveis de materiais também, temos aqui um armário de materiais para isso, lápis, régua, tudo o que se imaginar, cadernos, pronto eles não têm acesso a isso, mas os adultos é quem tem e quando precisam somos a ir buscar, portanto sim, e a níveis de materiais também” (E9)

“(...) eles têm um computador para cada um por norma para as videochamadas, eles conseguem estar vários em videochamada ao mesmo tempo, têm os fones (...)” (E1)

É importante salientar que algumas crianças identificam tanto recursos positivos como negativos (C2 e C3).

“(...) porque há crianças que não tem computadores e aquele computador (entrevistada indica) não está a funcionar então é um bocadinho mau, mas por outra parte (...) temos livros onde podemos apreender ou ler histórias (...)” (C3, 7ºano)

De acordo com a pesquisa de Clemente (2019), o facto de a instituição de acolhimento proporcionar os recursos materiais necessários e adequados para a aprendizagem das crianças é um fator promotor do sucesso escolar, o que corresponde por um lado às respostas encontradas nesta investigação, dado que alguns dos entrevistados identificam recursos e condições favoráveis de apoio à aprendizagem. No entanto, por outro lado, verifica-se uma divergência, uma vez que uma porção das crianças entrevistadas afirmam a insuficiência de recursos.

Relativamente ao espaço de estudo, constata-se uma avaliação positiva pelos profissionais, defendendo as boas condições deste local de estudo.

“eu penso que sim, existe uma sala específica para esse estudo o que é ótimo porque para eles não terem que estar a estudar nos quartos ou na sala de refeições acho que não faz sentido, e havendo uma sala que é específica para isso e que se sabe que ali não se pode fazer barulho (...) eu acho que isso ajuda bastante sim (...)” (E1)

Por outro lado, no ponto de vista das crianças, verifica-se tanto uma avaliação positiva como negativa. Numa perspetiva, de uma forma geral, identificam-se condições favoráveis no que concerne ao local de estudo, embora reconhecendo algumas dimensões que poderiam ser melhoradas, nomeadamente a nível das condições do material tecnológico, na perspetiva de uma criança, e a nível do conforto, no ponto de vista de outra (C3 e C6).

“sim e não, não porque às vezes os nossos computadores só temos duas fichas, uma ali e há outra aqui (a entrevistada indica) (...) daqui deste lado onde nós estamos tem as coisas da playstation (...) só tem uma então não dá para carregar os nossos computadores (...) mas por outra parte acho que sim tem uma mesa onde nós todos podemos estudar, tem as janelas se tiver muito quente, (...) e temos os espaços para os computadores” (C3, 7ºano)

“umas cadeiras melhores (...) mais nada” (C6, 6ºano)

Por outro lado, verifica-se um descontentamento total pelas condições do espaço de estudo, devido ao mau estado em que se encontra (C2 e C5).

“(...) o que eu acho que é preciso mais (tom de voz mais elevado) um chão que não abane a mesa tão fácil, porque quando a gente está a escrever, é isto (abana a mesa), as cadeiras não posso reclamar, são fixes, eu acho que a mesa e também o espaço de estudo” (C2, 6ºano)

É importante referir que algumas crianças manifestam uma insatisfação com o espaço de estudo estipulado devido ao facto de acreditarem que não proporciona o melhor nível de concentração (C2, C3, C5 e C6).

Assim, de uma forma geral, é possível identificar uma concordância com a bibliografia, visto que esta afirma que a disponibilização de boas condições do espaço de estudo é um elemento que pode contribuir para o sucesso escolar (Martin & Jackson, 2002 como citado em Clemente, 2019).

5. O papel e as atitudes dos profissionais

De acordo com a literatura, o contexto de acolhimento ocupa alguma influência no que diz respeito ao progresso escolar das crianças e jovens acolhidos, nomeadamente através das aspirações e expectativas dos seus cuidadores (Delgado, 2008; Jackson & Cameron, 2012; Trigo, 2015). Assim, de modo a compreender o papel dos profissionais na escolarização destas crianças, procurou-se abordar as suas aspirações e expectativas acerca do percurso destas crianças.

Primeiramente, evidenciou-se uma convicção nas competências e no potencial escolar das crianças e jovens, demonstrando assim expectativas e aspirações positivas e elevadas relativamente ao seu sucesso (E1 e E3). Alguns profissionais acreditam mesmo que o acolhimento não irá interferir com o sucesso destas crianças e jovens (E1).

“(...) consigam atingir os objetivos deles, e sei que eles vão o conseguir fazê-lo, eles têm força de vontade para isso (...) acredito no potencial deles (...) de todos, senão não trabalhávamos para isso” (E8)

“eu gostaria que eles pelo menos fizessem a escolaridade obrigatória, sei que há alguns com a capacidade para tirar um curso superior (...) porque há miúdos inteligentes aqui e sem dificuldades cognitivas como é lógico e que podem perfeitamente tirar um curso superior e fazer uma faculdade” (E3)

“é assim a grande maioria eu penso que irão ter um futuro comum, portanto estarem acolhidos é uma passagem na vida, é uma fase que irá certamente acabar (...) portanto diria que a grande maioria a nível profissional vai ser como se nunca tivesse acolhida na verdade (...)” (E1)

De acordo com a investigação já realizada, a existência de expetativas e aspirações elevadas acerca do progresso escolar pelos profissionais tem sido destacado como uma dimensão importante na educação desta população (Harker et al., 2004; Trigo, 2015), o que é evidenciado nas respostas obtidas na presente pesquisa.

Por outro lado, de acordo com alguns profissionais, as dificuldades das crianças e jovens podem ser um fator impeditivo de sucesso (E1 e E5), evidenciando assim já uma expetativa mais baixa, o que de acordo com Jackson & Cameron (2012) pode ser um fator promotor de insucesso escolar.

“acredito que sim, não todos se calhar, uns não vejo a serem tão bem-sucedidos porque realmente têm imensas dificuldades e eu acho que são dificuldades tão trabalhosas de resolver, que se não foram resolvidas até agora muito dificilmente serão conquistadas” (E5)

Numa outra perspetiva, uma entrevistada acredita que essas mesmas dificuldades podem ser superadas, sendo possível um percurso de sucesso (E6). Deste modo, verifica-se uma expetativa elevada, o que está de acordo com Martin & Jackson (2002), que afirma que as baixas expetativas podem conduzir a um insucesso, e por sua vez, as expetativas elevadas podem permitir um caminho de sucesso.

“(...) talvez cognitivamente não desempenhe um papel para a universidade, talvez porque eu acredito mesmo numa universidade, eles consigam ultrapassar os limites (...) o que a gente vai ver na nossa Casa aqui crianças com determinadas dificuldades, mas eu acho que mesmo as dificuldades que eles têm eles podem crescer” (E6)

Pode-se concluir que as aspirações e as expetativas demonstradas pelos profissionais acerca do futuro escolar destas crianças são, essencialmente, positivas, contribuindo para um melhor percurso das crianças, visto que as aspirações educacionais elevadas podem contribuir para uma melhoria dos resultados escolares (Flynn et al., 2003), o que também poderá estar relacionado com o facto de a maioria destas crianças nunca terem sofrido reprovações.

Considerou-se importante, também, compreender o interesse que os profissionais da instituição dão à educação no acolhimento residencial. Neste âmbito, verificou-se uma aspiração e expetativa associada ao interesse e à motivação escolar das crianças, desejando que estas se interessem e invistam mais na sua escolaridade (E2, E7 e E9), o que pode evidenciar um interesse por parte dos profissionais na educação das crianças acolhidas, visto que a falta de interesse por parte de assistentes sociais pode conduzir ao insucesso (Jackson & Cameron, 2012).

“a minha expectativa é que (...) eles aproveitem a escola para os ajudar a apreender coisas e principalmente que a escola tenha aqui um papel revelador que (...) possa dar aqui contributos (...)” (E2)

“eu acho que a minha expectativa é de que haja uma evolução e uma melhoria da parte das crianças (...) e acho que é a expectativa de todos os adultos que as crianças foquem um bocadinho (...) é que eles evoluem nos estudos para em algum dia terem uma autonomia suficiente para conseguir viver e sustentar e ter uma vida minimamente decente” (E9)

Verificou-se, também, uma aspiração relacionada com o acompanhamento escolar, desejando que as crianças e jovens manifestem uma maior abertura face ao apoio fornecido, reconhecendo assim a importância do mesmo, revelando deste modo uma preocupação com a educação destas crianças (E7). Segundo Teixeira (2015) deve-se verificar uma preocupação pela educação por parte dos profissionais da instituição de acolhimento. Deste modo, constatou-se que a educação é uma dimensão extremamente valorizada pelos profissionais, sendo que alguns destacam que a educação é importante para todas as crianças, estejam elas acolhidas ou não (E5 e E6).

“(...) eu acho que não tem um ponto máximo ou mínimo, acho que é a educação de um fundamento importantíssimo, acho que se calhar até das bases mais importantes (...)” (E9)

É importante referir que a questão da educação no acolhimento residencial tem sido trabalhada e desenvolvida ao longo do tempo, verificando-se assim uma evolução (E1), sendo que de acordo com Berridge (2012), existe atualmente um maior reconhecimento da necessidade de priorizar as vivências escolares das crianças em acolhimento.

Para além disso, determinou-se uma valorização da educação, devido ao facto de esta possibilitar um desenvolvimento pessoal e/ou social (E3, E4 e E6). De acordo com a bibliografia, a escola é essencial para o desenvolvimento social, sendo no espaço escolar que as crianças criam a sua própria identidade, e apreendem as normas para viver numa sociedade (Borsa, 2007).

“é extremamente importante porque na escola tu não apreendes só conteúdos, também apreendes a estar com os outros, apreendes a afirmares-te como pessoa, para mim a escola é muito importante” (E3)

“(...) porque a escola dá o primeiro passo ou o segundo passo já que a família é o primeiro, o segundo passo para uma convivência social para o limite, para a liderança, para desenvolvimento de ser humano, não só educacional mas de desenvolvimento pessoal” (E6)

Considera-se importante salientar uma valorização da educação pessoal e social, sendo reconhecido o papel dos profissionais na transmissão de valores sociais e pessoais, contribuindo para o desenvolvimento das crianças e jovens (E1). De acordo com a literatura, cabe agora às instituições de acolhimento a responsabilidade de transmitir uma série de valores, princípios e

crenças, que permitam o desenvolvimento pessoal e social destas crianças em situação de acolhimento residencial (Simões Prata, 2013 como citado em Ferreira, 2017).

Por outro lado, verificou-se a valorização da educação, devido ao facto de esta possibilitar a construção de novas relações sociais que ocorrem fora do contexto de acolhimento, possibilitando a observação de novas experiências, que na perspectiva das entrevistadas é fundamental (E4 e E7). De acordo com a literatura existente, a escola é de extrema importância, dado que permite a construção de relações positivas com os diversos atores educativos (Jackson & Höjer, 2013, Martin & Jackson, 2002 como citado em Carvalho, 2017)

“(...) porque (...) eles saem deste ambiente e conseguem criar relações fora da Casa e criar aqui amigos e redes de suporte que eles depois podem ir desenvolvendo ao longo da sua vida e é bastante importante conseguir criar relações fortes para fora da Casa também” (E7)

Considera-se importante abordar uma valorização da educação, tendo em consideração o papel crucial que ocupa no futuro das crianças acolhidas, sendo também uma possível via para a superação de adversidades e dificuldades (E4, E6 e E9). De acordo com Gilligan (2007) a existência de vivências escolares positivas pode ser fundamental para a superação das adversidades, podendo proporcionar uma sensação de normalidade (Courtney et al., 2005 como citado em Gilligan, 2007).

Neste sentido, verificou-se uma valorização da educação destas crianças, devido ao facto de a educação proporcionar um futuro com uma maior qualidade, uma vez que a escola transmite conhecimentos fundamentais para o futuro (E5 e E9). De acordo com Oliveira (2015), a valorização da educação por parte dos profissionais constitui-se como um instrumento crucial para o futuro destas crianças.

“acho que é de extrema importância, que é mesmo uma base e acho que sem isso o futuro deles pode-se tornar precário como qualquer outra pessoa, sem os estudos, sem uma carreira, sem um futuro trabalho, uma futura área de formação, pronto pode-se tornar uma vida um bocado mais difícil para eles, portanto sim acho que é o ponto, dos pontos importantes e de base para a educação deles” (E9)

Por outro lado, a valorização da educação e escolarização estimula um aumento dos índices de motivação e interesse escolar, pelo que se reconhece a necessidade de se investir na educação (E9).

Deste modo, é possível constatar que a educação é uma dimensão extremamente apreciada e valorizada na instituição, verificando-se uma real preocupação pela educação e pela escolarização por parte dos profissionais, o que está de acordo com a perspectiva de Delgado (2008), que afirma que as instituições de acolhimento devem reconhecer a importância da educação, assegurando esta como uma prioridade.

6. As aspirações e projetos futuros

Por fim, procurou-se conhecer as aspirações futuras destas crianças e jovens relativamente aos estudos. Assim, verificou-se que estas crianças manifestam, essencialmente, ambições determinadas e definidas, com um desejo de prosseguir com os estudos após a escolaridade obrigatória (C2, C3, C4 e C7), existindo apenas uma criança que não manifesta esse desejo (C6). Estes dados coincidem com os resultados encontrados em Oliveira (2021), em que as jovens acolhidas demonstravam um desejo de prosseguir com os estudos, o que poderá estar relacionado com o acompanhamento escolar fornecido na instituição. Segundo Berridge (2012), o facto de as crianças possuírem aspirações elevadas, como o prosseguir com os estudos a nível superior, pode conduzir a um percurso de maior sucesso, face às crianças que não evidenciam ambições.

“não, eu quero ir para a faculdade (...) porque acho que também me vai ajudar nos meus estudos, vai-me ajudar a ser uma pessoa melhor no futuro na minha profissão e que prontos vou ter mais mérito quando for maior do que acabar logo o 12ºano e depois ficar sem nada” (C3, 7ºano)

No âmbito das aspirações profissionais, mais uma vez, é possível identificar uma definição e determinação (C2, C3, C4 e C6), o que se verifica, também, na investigação realizada por Oliveira (2015), visto que as crianças acolhidas manifestavam uma clara ideia do que desejavam fazer, profissionalmente, no futuro.

“ (...) eu queria ser mesmo assistente social, era o que eu queria ser de verdade mas também tenho essas duas coisas porquê, porque a assistente social ajuda as pessoas mas também pode ensinar as estagiárias ou as pessoas” (C3, 7ºano)

“primeiro vou ser um jogador melhor que o Ronaldo e o Messi (...) não eu imagino-me mesmo a ser melhor que o Ronaldo e assim essas coisas (...) “não é consigo, eu vou ser” (C4, 8ºano)

Em termos mais pessoais, verificou-se que a maioria possui uma visão definida das aspirações para o futuro, referindo desejos claros, nomeadamente o reconhecimento pelo mérito profissional, bem como o auxílio à família e a populações vulneráveis.

“(...) mas o sonho podia tipo abrir não é um hospital é mais tipo uma instituição para idosos ou para crianças para poder ajudar ou por exemplo para sem abrigos que não tenham casa para poder dar um lar a essas pessoas” (C3, 7ºano)

“futebolista (...) e tornar-me numa lenda e ter uma família boa e poder ajudar a minha família quando tiver dinheiro (...)” (C6, 6ºano)

Considera-se importante mencionar que duas crianças manifestam uma indecisão e indefinição nas várias aspirações, sejam elas escolares, profissionais ou pessoais, sendo que esta falta de ambições pode estar associada à desmotivação e também à faixa etária (C1 e C5). Segundo Santos (2018), a desmotivação está associada à falta de ambições e objetivos futuros.

De acordo com a perspectiva das crianças acolhidas, é possível determinar que a maioria admite ter uma visão definida do seu futuro, no entanto, os profissionais parecem discordar, afirmando que existe uma grande indefinição nas aspirações futuras, existindo apenas uma profissional que salienta ambições fortes e definidas (E1).

“(...) as crianças estão ainda, a grande maioria no 2º e 3º ciclo (...) não tenho assim grandes dados não é (...) desses não [crianças a frequentar o 2º e 3º ciclo] (...) a criança/jovem que temos mais velha que está no secundário já evidencia aqui algum gosto por uma área mas ainda assim (...) vê-se que faz um paralelo entre estar aqui e não conseguir ter bons resultados e não conseguir ter a vontade de estudar” (E2)

Deste modo, verifica-se uma divergência de perspectivas, sendo que as respostas indicadas pelas crianças parecem evidenciar uma determinação quanto aos seus projetos futuros, o que poderá indicar que estas crianças reconhecem a importância dos estudos no seu futuro. No entanto, a perspectiva dos profissionais demonstra exatamente o contrário, manifestando algum ceticismo alegando que a indefinição está associada à faixa etária da maioria das crianças, e conseqüentemente, a alguma imaturidade.

Considerações finais

A questão do desempenho escolar tem sido uma problemática, cada vez mais, abordada nas investigações académicas, existindo, nos últimos anos, uma maior dedicação ao acompanhamento da escolaridade nas Casas de Acolhimento. No entanto, ainda se verifica alguma inconsistência neste âmbito pois têm-se verificado diferentes práticas institucionais. Com os objetivos de conhecer os trajetos escolares e identificar o papel e o investimento da instituição no percurso de escolarização, procedeu-se à realização de um estudo de caso numa instituição de acolhimento em Lisboa, selecionando-se sete crianças/jovens a frequentar a escolaridade obrigatória, bem como os profissionais da instituição envolvidos na sua escolaridade.

De acordo com as respostas obtidas pelos entrevistados, foi possível concluir, em primeiro lugar, que as crianças acolhidas parecem evidenciar sucesso escolar, tendo em conta a quase inexistente taxa de reprovação. No que diz respeito aos efeitos da institucionalização no percurso escolar destas crianças e jovens, determinou-se que esta situação de acolhimento pode provocar não só efeitos positivos como negativos. Quanto aos efeitos mais desfavoráveis, destacam-se comportamentos problemáticos, resultados insatisfatórios, desmotivação e desinteresse, entre outros. Por outro lado, a institucionalização poderá conduzir a uma melhoria de resultados escolares, devido ao maior e melhor acompanhamento disponível e também às diversas formações existentes dos profissionais. Nesta pesquisa, foi possível concluir que a própria percepção do acolhimento pelas crianças e as suas relações sociais no contexto escolar podem ser fatores determinantes para um desempenho escolar mais positivo.

Neste estudo, determinou-se que a relação com a comunidade escolar é bastante positiva, salientando-se uma valorização do espaço escolar, maioritariamente, pelas relações sociais e não tanto pela aprendizagem, o que poderá estar associado a um desinteresse. Para além disto, verificou-se que existe uma maior valorização da escola face à instituição, pelo maior bem-estar transmitido pelo espaço escolar. No entanto, segundo a percepção dos profissionais, verificam-se vários problemas no contexto escolar, que acabam por estar associados à situação de institucionalização, entre os quais, a desmotivação e a indisciplina. Segundo estas respostas, concluiu-se que a capacidade de as escolas em fornecerem respostas adequadas às características das crianças pode ser um fator determinante para a boa relação com a escola, bem como a faixa etária e as capacidades das crianças. É importante referir que esta divergência de opiniões poderá ser explicada pelo facto dos profissionais, possivelmente, se referirem a uma situação mais generalizada, enquanto os discursos das crianças dizem respeito a situações mais

específicas ou pessoais. No que concerne à relação com o estudo, concluiu-se que as crianças acolhidas tem tendência para evidenciar uma desmotivação e desinteresse elevado. No entanto, há que destacar que apesar de não se sentirem motivados para o estudo, reconhecem a sua importância.

Relativamente ao acompanhamento e investimento da escolaridade na instituição, em primeiro lugar, determinou-se que esta Casa de Acolhimento implementa uma rotina de estudo e de aprendizagem, através dos diferentes horários definidos para o estudo e para o apoio escolar. Constatou-se, também, que a maioria das crianças parece preferir o estudo individual por auxiliar à concentração. Neste sentido, verificou-se que um dos aspetos a melhorar na instituição seria, precisamente, a disposição das crianças durante o tempo de estudo. Determinou-se ainda que existe uma grande diversificação, com vários modos e processos de acompanhamento escolar, com diferentes profissionais a orientarem e incentivarem o estudo e aprendizagem. Pode-se afirmar também que o investimento escolar é bastante forte, proporcionando várias ferramentas de apoio à aprendizagem, através da realização de parcerias e de adesão a projetos que envolvam um acompanhamento mais individualizado, mas também através da elaboração de instrumentos inovadores. Concluiu-se, de igual forma, que a grande maioria das crianças acolhidas encontra-se satisfeita com o acompanhamento realizado. É importante referir as grandes dificuldades encontradas no acompanhamento da escolaridade, destacando-se a falta de interesse e concentração, a ausência de conhecimentos básicos, os problemas comportamentais e a falta de formação dos profissionais em determinados assuntos. Neste sentido, identificaram-se alguns aspetos que poderiam ser melhorados: na perspetiva das crianças salientam-se a aquisição de diferentes recursos humanos de distintas formações, a reorganização dos modos de acompanhamento escolar e a melhoria das atitudes dos recursos humanos; no ponto de vista dos profissionais, identificam-se o acompanhamento escolar mais individualizado e mais próximo e o reforço da valorização e do incentivo escolar em termos motivacionais e a nível dos próprios conteúdos de aprendizagem. Foi, também, possível concluir que o acompanhamento da escolaridade pode melhorar os níveis de motivação e interesse escolar. Para além disto, constatou-se que existe uma relação bastante colaborativa e cooperativa entre a escola e a instituição, em que ambas as partes partilham várias informações, como os vários comportamentos e atitudes das crianças em contexto escolar e as informações acerca da situação de acolhimento. Deste modo, concluiu-se que esta instituição manifesta uma grande preocupação com o processo de escolarização destas crianças, evidenciando um grande interesse na sua aprendizagem, proporcionando as várias ferramentas para que estas desenvolvam o seu potencial escolar.

No âmbito das condições da instituição, na generalidade, verificou-se um verdadeiro empenho em proporcionar todas as condições logísticas e recursos necessários para uma melhor aprendizagem, de modo a promover o sucesso escolar destas crianças e jovens. No que diz respeito ao papel e às atitudes dos profissionais, constatou-se que estes manifestam aspirações e expectativas positivas e elevadas acerca do futuro e percurso escolar das crianças, acreditando nas suas competências, no seu sucesso e no seu potencial. Verificou-se ainda que todos os profissionais envolvidos na escolaridade das crianças reconhecem a importância da educação no seu percurso de vida, manifestando desta forma uma verdadeira preocupação com a sua aprendizagem e futuro. Neste estudo, determinou-se que a questão da educação no contexto de acolhimento residencial tem sido algo que tem registado uma evolução positiva através do constante reconhecimento da necessidade de investir na educação destas crianças. Foi possível, também, concluir que a educação no contexto de acolhimento residencial deve ser valorizada por permitir um desenvolvimento pessoal e social, seja no espaço escolar como na própria instituição, cabendo aos cuidadores transmitir essas bases morais da educação. Por outro lado, associou-se a valorização da educação no acolhimento à observação de novas experiências e à construção de novas relações, podendo ser uma via alternativa para a superação de adversidades. Nesta investigação, concluiu-se que a valorização da educação no contexto de acolhimento residencial está intrinsecamente ligada a um futuro com maior qualidade, podendo realmente originar resultados bastante positivos no percurso escolar.

Por fim, no que concerne aos projetos futuros, sob a perspectiva das crianças, concluiu-se que estas possuem uma visão muito clara do seu futuro, em termos escolares e profissionais. Relativamente às aspirações escolares, constatou-se que a grande maioria deseja investir na sua escolaridade, através da continuação dos estudos para o nível superior, reconhecendo a sua importância, o que poderá, também, estar relacionado com o acompanhamento escolar fornecido. Por outro lado, concluiu-se que a indefinição relativamente ao futuro poderá estar associada à desmotivação. No entanto, os profissionais da instituição parecem demonstrar outra percepção, afirmando que as crianças não possuem ambições muito definidas, alegando algum ceticismo, devido à sua faixa etária e, conseqüentemente, a alguma imaturidade.

Deste modo, esperando que esta investigação possa ter contribuído para um melhor conhecimento da escolaridade das crianças e jovens em situação de acolhimento, especialmente nos seus processos de acompanhamento e respetivos resultados, é importante reconhecer que existem algumas questões que poderão ser aprofundadas em futuras investigação, tais como a influência do acompanhamento escolar na formação superior de adultos que, na sua infância e juventude, tenham estado institucionalizados.

Referências Bibliográficas

- Almeida, J. F., & Pinto, J. M. (1976). *A investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Editora Presença.
- Alves, S. N. (2007). *Filhos da Madrugada - Percursos adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Amado, J., Costa, A. P. & Crusoé, N. (2014). A técnica da análise de conteúdo. Em J. Amado (Coord), *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (2ª edição, pp. 301 – 351). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amado, J (coord.), Ribeiro, F., Limão, I. & Pacheco, V. (2003). *A escola e os alunos institucionalizados*. Lisboa: Políticas da Educação; 16.
- Barrère, A., & Sembel, N. (2006). Escola e socialização. Em A. Barrère & N. Sembel, *Sociologia da Escola* (pp. 15 - 34). São Paulo, Edições Loyola.
- Berridge, D. (2012). Educating young people in care: What have we learned, *Children and Youth Services Review*, 34, pp. 1171 – 1175.
- Bourdieu, P., & Champagne, P. (1992). Les exclus de l'intérieur, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 91-92, pp. 71-15.
- Borsa, J. (2007). O papel da escola no processo de socialização infantil, *Psicologia.pt*, pp. 1-5.
- Brandão, R. I. G. A. (2015). *Sucesso Escolar de Crianças e Jovens Institucionalizadas: Intervenção do Assistente Social*. [Dissertação de Mestrado em Serviço Social, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa] Repositório ISCTE. <http://hdl.handle.net/10071/10606>
- Caio, E. A. B. (2014). *Inclusão Escolar de Crianças e Jovens Institucionalizados - Um desafio entre o Ideal e o Real*. [Dissertação de Mestrado em Intervenção Social Escolar, Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Castelo Branco]. Repositório científico do Instituto Politécnico de Castelo Branco. <http://hdl.handle.net/10400.11/2451>
- Carvalho, G. R. M. O. (2018). *Estudar e apreender em casas de acolhimento: avaliação das necessidades de intervenção*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Católica Portuguesa]. Repositório Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/27167>
- Carvalho, G. & Ribeiro, L. (2017). Estudar e apreender em casas de acolhimento: Identificação de dimensões críticas na promoção do sucesso educativo. Em C. Palmeirão & J. M. Alves (Coord), *Construir a autonomia e a flexibilização curricular: Os desafios da escola*

e dos professores (pp. 170 – 183). Universidade Católica Portuguesa. Repositório Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/25163>

Carvalho, M. J. L. (2013). *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Catarino, M. O. (2018). *À procura do Sucesso – Percepções dos jovens institucionalizados e dos profissionais dos lares de acolhimento sobre a escola*. [Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Faculdade de Psicologia e Ciência da Educação – Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/83486>

Clemente, F. I. F. (2019). *O melhor caminho para se chegar ao sucesso escolar – Um estudo de caso*. [Dissertação de Mestrado em Serviço Social, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório ISCTE. <http://hdl.handle.net/10071/19363>

Conger, D., & Rebeck, A. (2001). *How children's foster care experiences affect their education*. New York: New York City Administration for Children's Services and Vera Institute of Justice.

Delgado, P. (2008). A criança em risco e a relação Escola-Família. Proteção e Sucesso Educativo. *SIPS – Revista Interuniversitária de Pedagogia Social*, 15, pp. 113- 122.

Faria, S. M. A. M., Salgueiro, A. G. B., Trigo, M. L. M. T. R. & Alberto, I. M. M. (2008). As narrativas de adolescentes institucionalizadas: Percepções em torno das vivências de institucionalização. *Em Atas eletrónicas do Congresso Internacional em Estudos da Criança*. Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho.

Ferreira, D., & Cosme, A. (2020). O Sucesso Educativo de Crianças em Acolhimento Residencial, um Inédito Viável. *Educação, Sociedade e Culturas*, 56, pp. 119 – 136.

Ferreira, R. C. C. (2017). *A Casa de Acolhimento onde Eu vivo: Narrativas de Crianças e Jovens sob Medida de Acolhimento Residencial*. [Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/24836>

Ferreira, S. D. R. M. (2016). *A situação escolar dos jovens com medidas de promoção e proteção em acolhimento residencial*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e Saúde, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Católica Portuguesa – Braga]. Repositório Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/22358>

Flynn, R. J., Tessier, N. G. & Coulombe, D. (2013). Placement, protective and risk factors in the educational success of young people in care: cross-sectional and longitudinal analyses. *European Journal of Social Work*, 16(1), pp. 70-87.

Franz, B. S. & Branica, V. (2013). The relevance and experience of education from the Perspective of Croatian youth in-care. *European Journal of Social Work*, 16(1), pp. 137 – 152.

Garcia – Molsosa, M., Collet – Sabé, J. & Montserrat, C. (2021). What are the factors influencing the school functioning of children in residential care: A systematic review. *Children and Youth Services Review*, 120, pp. 1-12.

Gharabaghi, K. (2011). A Culture of Education: Enhancing School Performance of Youth Living in Residential Group Care in Ontario. *Child Welfare*, 90(1), pp. 75 - 91.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª edição). São Paulo, Editoras Atlas S. A.

Gilligan, R. (2007). Adversity, resilience and the educational progress of young people in public care. *Emotional and Behavioural Difficulties*, 12(2), pp. 135 – 145.

Harker, R. M., Dobel – Ober, D., Akhurst, S., Berridge, D. & Sinclair, R. (2004). Who Takes Care of Education 18 months on? A follow-up study of looked after children's perceptions of support for educational progress. *Child & Family Social Work*, 9(3), pp. 273 – 284.

Instituto da Segurança Social (2021). *CASA 2020 – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.

ISCTE - IUL (2016). *Despacho nº86/2016 – Código de Conduta Ética na Investigação*.

Jackson, S. & Cameron, C. (2012). Leaving care: Looking ahead and aiming higher. *Children and Youth Services Review*, 34, pp. 1107 – 1114.

Júnior, A. F. B. & Júnior, N. F. (2011). A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Evidência*, 7(7), pp. 237 – 250.

Leal, J. I. A. Q. F. (2020). *A Gestão Familiar da Escolaridade*. [Dissertação de Mestrado em Educação e Sociedade, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório ISCTE. <http://hdl.handle.net/10071/21139>

Lima, A. L. (2017). *A ausência familiar e as suas repercussões na construção da aprendizagem de crianças institucionalizadas*. [Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias]. Repositório Científico Lusófona. <http://hdl.handle.net/10437/8463>

Martin, P. Y. & Jackson, S. (2002). Educational success for children in public care: advice from a group of high achievers. *Child and Family Social Work*, 7, pp. 121 – 130.

Mateus, M. M. (2020). *A Institucionalização de crianças/jovens e o seu Desempenho Escolar*. [Dissertação de Mestrado em Educação e Sociedade, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório ISCTE. <http://hdl.handle.net/10071/21047>

Meirinhos, M. & Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER: Revista de Educação*, 2(2), pp. 49 – 65.

Oliveira, M. V. (2015). *O sucesso escolar em instituições de acolhimento para crianças e jovens em risco*. [Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais - Instituto Politécnico de Leiria]. Repositório IC – Online. <http://hdl.handle.net/10400.8/1830>

Oliveira, S. M. S. (2021). *Percursos e projetos escolares de jovens institucionalizadas: estudo de caso numa Casa de Acolhimento Residencial no distrito de Santarém*. [Dissertação de Mestrado em Educação e Sociedade, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório ISCTE. <http://hdl.handle.net/10071/24000>

Picanço, A. L. B. (2012). *A relação entre escola e família – as suas implicações no processo de ensino-aprendizagem*. [Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Escola Superior de João de Deus]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/2264>

Santos, A. F. P. (2018). *Estudar e apreender numa casa de acolhimento: motivações, práticas e percepções de jovens, cuidadores e professores*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Católica Portuguesa]. Repositório Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/27522>

Santos, A. S. C. S. (2009). *(In)sucesso escolar de crianças e jovens institucionalizadas*. [Dissertação de Mestrado em Política Social, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa]. UTL Repository. <http://hdl.handle.net/10400.5/2997>

Seabra, T. (2009). Desigualdades escolares e desigualdades sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 59, pp. 75-106.

Seabra, T. (2010). Dinâmicas e educação familiar: viver em famílias de origem cabo-verdiano ou indiana. Em T. Seabra, *Adaptação e Adversidade: o desempenho escolar de alunos de origem indiana e cabo-verdiana no ensino básico* (1ª edição). Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Seabra, T. (2012). Desigualdades de desempenho escolar: etnicidade, género e condição social em escolas básicas da AML. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural*, pp. 185 – 210.

Seabra, T., Vieira, M. M., Ávila, P., Castro, L., Baptista, I. & Mateus, S. (2014). *Escolas que fazem melhor: o sucesso escolar dos alunos descendentes de imigrantes na escola básica*. Relatório Final, Lisboa, CIES-IUL.

Seabra, T., Vieira, M. M., Castro, L. & Baptista, I. (2016). Como pode a escola mitigar a desigualdade de oportunidades? – Estudos de caso em escolas do ensino básico da Área Metropolitana de Lisboa. Em T. Burns, T. Seabra & L. Torres (Eds.), *Organização da rede escolar* (pp. 59 – 78). Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Silva, A. P. C. B. C. (2014). *Rendimento Académico em Crianças e Jovens Institucionalizados*. [Dissertação de Mestrado em Estudos da Criança, Instituto de Educação – Universidade do Minho]. Repositório Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/35861>

Siqueira, A. C. & Dell’Aglia, D. D. (2010). Crianças e Adolescentes Institucionalizados: Desempenho Escolar, Satisfação de Vida e Rede de Apoio Social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), pp. 407 – 415.

Teixeira, C. A. M. (2015). *Experiências de acolhimento de jovens em risco: fatores diferenciadores de um percurso de (in)sucesso*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, Universidade Católica Portuguesa]. Repositório Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/20877>

Trigo, L. R. (2015). Fatores críticos na promoção do sucesso escolar de crianças e jovens em acolhimento institucional. Em J. Machado (coord.), C. Palmeirão, I. Cabral, I. Baptista, J. Azevedo, J. M. Alves & M. C. Roldão, *Educação, Territórios e Desenvolvimento Humanos: Atas do I Seminário Internacional, Vol. II – Comunicações Livres* (462 – 469). Porto: Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Educação e Psicologia.

Zetlin, A., Weinberg, L. & Kimm, C. (2004). Improving Education Outcomes for Children in Foster Care: Intervention by na Education Liaison. *Journal of Education for students placed at risk*, 9(4), pp. 421 – 429.

Legislação:

Lei nº26/2018, de 5 de julho: Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

Decreto - Lei nº164/2019, de 25 de outubro: Regime de Execução do Acolhimento Residencial

Anexos

Anexo A – Contacto dirigido à instituição

Bom dia [REDACTED] espero que se encontre bem.

Aqui fala a Beatriz, a ex-estagiária da Casa, e tal como tínhamos falado anteriormente, irei realizar as entrevistas da minha dissertação, cujo tema é o desempenho escolar das crianças e jovens em acolhimento residencial, em que pretendo conhecer o investimento escolar realizado pelas instituições de acolhimento no processo de escolarização, e também os efeitos das experiências de acolhimento na vida escolar destas crianças e jovens.

Deste modo, irei entrevistar as crianças e jovens da Casa que estejam na escolaridade obrigatório no ensino normal, bem como a equipa técnica e alguns membros da equipa educativa, aqueles que estejam mais próximos e/ou ligados à escolarização das crianças.

Deste modo, gostaria de saber quando é que a Casa tem a disponibilidade para realizar as entrevistas.

Caso seja necessário, poderei enviar o guião com as perguntas. Informo também que no momento de realização das entrevistas irei levar comigo os consentimentos para assinarem, em que garanto o anonimato e a confidencialidade de todos.

Agradeço bastante a vossa disponibilidade em participar neste estudo, e irei ficar a aguardar resposta.

Com os melhores cumprimentos,

Beatriz Saltão

Anexo B – Quadro de operacionalização/desconstrução de conceitos referente às crianças e jovens

Objetivo geral	Objetivo específico	Dimensão	Indicador	Perguntas
Conhecer os trajetos escolares	Identificar as apreciações relativamente à escolaridade	Relação com a escola	Através dos sentimentos experienciados	Como é que te sentes em relação à escola
			Através da valorização/utilidade da escola e do estudo	O que mais valorizas na escola? O que é que sentes quando estás a estudar?
			Através da interação com professores e colegas	Fala-me da relação com os teus professores Fala-me da relação com os teus colegas
Identificar o papel e o investimento da instituição no percurso de escolarização	Conhecer os processos de acompanhamento de escolaridade	Organização do estudo	Através dos hábitos de estudo definidos	Quais são as tuas rotinas de estudo?
		Recursos disponíveis	Através dos recursos humanos e presentes	Quem é que te ajuda no estudo e nos trabalhos da escola? Acha que a Casa tem as condições necessárias para estudares? Achas que o apoio ao estudo deveria ser diferente? É suficiente? Poderia melhorar?
	Identificar os resultados provocados pelo acompanhamento escolar	Relação com os estudos	Através das aspirações e expectativas quanto ao futuro	O que gostavas de fazer quando terminares os estudos? Qual é a profissão que te imaginas a ter? Qual o teu maior sonho?

Anexo C - Quadro de operacionalização/desconstrução de conceitos referente à equipa educativa

Objetivo geral	Objetivo específico	Dimensão	Indicador	Perguntas
Conhecer os trajetos escolares	Conhecer a influência da institucionalização no trajeto escolar	Resultados escolares	Através da relação entre o acolhimento e o trajeto escolar	Consideram que o acolhimento pode ter provocado um impacto no percurso escolar ou não?
	Identificar as apreciações/vivência relativamente à escolaridade	Relação das crianças e jovens com a escola	Através da utilidade e valorização da escola	O que dizem as crianças e os jovens durante a escola?
Identificar o papel e o investimento da instituição no percurso escolar	Conhecer os processos de acompanhamento de escolaridade	Apoio ao estudo	Através das atividades desenvolvidas	O que fazem com as crianças e jovens durante as horas de estudo? Quais as dificuldades que notam que eles têm? O que pode ser melhorado para um maior e melhor acompanhamento escolar?
	Identificar a valorização da educação pelos profissionais	Atitudes dos profissionais	Através das aspirações e expetativas dos educadores	Quais as vossas aspirações e expetativas para estas crianças e jovens como educadores? Como educadores, até que ponto, é que consideram que a escola é importante para estas crianças e jovens?

Anexo D - Quadro de operacionalização/desconstrução de conceitos referente à equipa técnica

Objetivo geral	Objetivo específico	Dimensão	Indicador	Perguntas
Conhecer os trajetos escolares	Identificar as apreciações e posições das crianças relativamente à escolaridade	Relação com a escola	Através do interesse e motivação escolar	Como caracterizam a relação das crianças e jovens com a escola? Qual a vossa percepção sobre as motivações e aspirações das crianças a nível escolar?
		Atitudes em contexto escolar	Através do comportamento escolar	Como é o comportamento escolar?
		Relação com o estudo	Através do interesse e motivação manifestado durante o estudo	Como é a rotina de estudo das crianças e jovens? O que consideram do interesse e motivação que as crianças e jovens demonstram durante as horas de estudo?
	Conhecer a influência da institucionalização no trajeto escolar	Resultados escolares das crianças	Através da relação entre o acolhimento e os resultados escolares	Consideram que existe uma relação entre o acolhimento e os resultados escolares das crianças e jovens?
Identificar o papel e o investimento na instituição no percurso escolar	Conhecer os processos de acompanhamento e investimento da escolaridade	Condições da instituição	Recursos disponíveis	Consideram que a Casa possui as condições, os recursos e o ambiente propício à aprendizagem ou não?
		Ações de acompanhamento	Através das tarefas realizadas	Descrevam o investimento e acompanhamento escolar realizado e os seus principais resultados e dificuldades e os aspetos que poderiam ser melhorados
		Relação escola-instituição	Através das atividades desenvolvidas	De que forma mantêm a relação com a escola?
	Identificar a valorização da educação pelos profissionais	Atitudes dos profissionais	Através das aspirações e expetativas	Quais as vossas aspirações e expetativas escolares para estas crianças e jovens? Até que ponto consideram que a educação é uma dimensão importante para estas crianças e jovens?

Anexo E – Grelha de análise documental dos processos de promoção e proteção

Criança/jovem	Situação que levou ao acolhimento	Historial escolar
1	Maus-tratos físicos e psicológicos; abuso sexual; Negligência	Boa integração escolar; Não se verifica reprovações;
2	Maus-tratos físicos e psicológicos e negligência	Sem reprovações; Boa integração escolar; <u>Anteriormente ao acolhimento:</u> Verificou-se algum desleixo na realização dos trabalhos/tarefas escolares
3	Negligência; violência doméstica	Dificuldades nos conteúdos programáticos das disciplinas; Integração escolar adequada; Sem reprovações
4	Abandono	Integração escolar positiva;
5	Abuso sexual e físico	Grandes dificuldades cognitivas (linguística, números, escrita) Fraco desempenho escolar devido ao défice cognitivo; Realizou toda a escolaridade na instituição Nunca reprovou
6	Negligência na educação (absentismo escolar)	Reprovação anterior ao acolhimento; <u>Anteriormente ao acolhimento:</u> Dificuldades de adaptação de regras em contexto escolar; <u>No acolhimento:</u> Dificuldades de inteligência verbal;
7	Negligência na saúde	Sem reprovações; Beneficiário de medidas educativas de apoio pedagógico personalizado; Bom desenvolvimento cognitivo

Anexo F – Consentimento informado referente às crianças e jovens



CONSENTIMENTO INFORMADO

A presente investigação surge no âmbito de uma Dissertação para obtenção de grau de mestre no **Mestrado em Educação e Sociedade**, a decorrer no **ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa**. Este estudo foca-se no desempenho escolar das crianças e jovens em acolhimento residencial, e pretende conhecer o investimento escolar realizado pelas instituições de acolhimento no processo de escolarização, bem como os efeitos das experiências de acolhimento na vida escolar destas crianças e jovens.

O estudo é realizado pela discente Beatriz Saltão e coordenado pela Professora Doutora Maria João Pena, Professora Auxiliar do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, e coorientado pela Professora Doutora Teresa Seabra, Professora Associada do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Caso surja alguma dúvida ou questão, ou deseje partilhar algum comentário, poderá entrar em contacto através do seguinte endereço eletrónico: bscso@iscte-iul.pt

A sua participação, que será muito valorizada, consiste em responder a um conjunto de perguntas relativamente à relação das crianças e jovens com a escola, bem como acerca dos seus hábitos e condições de estudo, e aspirações futuras, o que poderá durar cerca de 30-40 minutos. Informa-se que as respostas irão ser gravadas em formato de áudio para realizar uma transcrição e uma análise mais completa. A participação neste estudo poderá implicar alguns riscos, devido à possibilidade de se abordar tópicos sensíveis devido às experiências vivenciadas, pretendendo-se gerir as emoções associadas às perguntas. Esta investigação encontra-se sob o abrigo do Código de Conduta do ISCTE. O ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa não irá divulgar ou partilhar os dados pessoais recolhidos.

A participação neste estudo é estritamente **voluntária**: pode escolher participar ou não participar, podendo interromper a participação em qualquer momento sem a necessidade de justificação. Os dados recolhidos são exclusivamente para questões académicas, sendo preservados até ao final da transcrição das entrevistas, ao que posteriormente todas as informações serão destruídas, garantindo-se assim o **anonimato** e **confidencialidade**.

Face a estas informações, por favor indique se aceita participar no estudo:

ACEITO NÃO ACEITO

Nome: _____

Data: _____

Assinatura:

(See não for o próprio a assinar devido a idade ou incapacidade Cfr. Artigos 7º - “Participantes menores”, de acordo com a Lei nº 21/2014 de 16 de abril; Artigo 14º do RGPD)

Nota: Se o menor tiver capacidade de compreensão, deve igualmente assinar o documento, demonstrando o seu consentimento.

Anexo G – Consentimento informado referente à equipa educativa



CONSENTIMENTO INFORMADO

A presente investigação surge no âmbito de uma Dissertação para obtenção de grau de mestre no **Mestrado em Educação e Sociedade**, a decorrer no **ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa**. Este estudo ir-se-á focar na questão do desempenho escolar das crianças e jovens em acolhimento residencial, procurando-se conhecer o investimento escolar realizado pelas instituições de acolhimento no processo de escolarização, bem como os efeitos das experiências de acolhimento na vida escolar destas crianças e jovens.

Esta investigação é realizada pela discente Beatriz Saltão e coordenado pela Professora Doutora Maria João Barroso Pena, Professora Auxiliar do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, e coorientado pela Professora Doutora Teresa Seabra, Professora Associada do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Na eventualidade de existir alguma dúvida ou questão, ou deseje partilhar algum comentário, será possível estabelecer contacto através do seguinte endereço eletrónico: bscso@iscte-iul.pt

A sua participação, que será muito valorizada, consiste em responder a um conjunto de perguntas acerca dos efeitos das experiências de acolhimento no percurso escolar e acerca do acompanhamento e investimento escolar por parte da instituição. Estas entrevistas poderão durar cerca de 30-45 minutos, e irão ser gravadas em formato de áudio para que depois se possa proceder à sua transcrição, de modo a realizar uma análise eficiente e completa. Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação na investigação, estando a mesma sob o abrigo do Código de Conduta do ISCTE.

A participação nesta investigação é estritamente **voluntária**: pode escolher participar ou não participar. Se escolher participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de apresentar nenhum motivo ou justificação. Os dados recolhidos são exclusivamente para questões académicas, sendo preservados até ao final da transcrição das entrevistas, ao que posteriormente todas as informações serão destruídas, garantindo-se assim o **anonimato** e **confidencialidade**.

Perante estas informações, por favor indique se aceita participar no estudo:

ACEITO NÃO ACEITO

Nome: _____

Data: _____

Assinatura:

Anexo H – Consentimento informado referente à equipa técnica



CONSENTIMENTO INFORMADO

A presente investigação surge no âmbito de uma Dissertação para obtenção de grau de mestre no **Mestrado em Educação e Sociedade**, a decorrer no **ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa**. Este estudo ir-se-á focar na questão do desempenho escolar das crianças e jovens em acolhimento residencial, procurando-se conhecer o investimento escolar realizado pelas instituições de acolhimento no processo de escolarização, bem como os efeitos das experiências de acolhimento na vida escolar destas crianças e jovens.

Esta investigação é realizada pela discente Beatriz Saltão e coordenado pela Professora Doutora Maria João Barroso Pena, Professora Auxiliar do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, e coorientado pela Professora Doutora Teresa Seabra, Professora Associada do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Na eventualidade de existir alguma dúvida ou questão, ou deseje partilhar algum comentário, será possível estabelecer contacto através do seguinte endereço eletrónico: bscso@iscte-iul.pt

A sua participação, que será muito valorizada, consiste em responder a um conjunto de perguntas acerca da relação das crianças e jovens com a escola e dos efeitos das experiências de acolhimento no percurso escolar, bem como acerca do investimento escolar por parte da instituição.

Estas entrevistas poderão durar cerca de 30-45 minutos, e irão ser gravadas em formato de áudio para que depois se possa proceder à sua transcrição, de modo a realizar uma análise eficiente e completa. Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação na investigação, estando a mesma sob o abrigo do Código de Conduta do ISCTE.

A participação nesta investigação é estritamente **voluntária**: pode escolher participar ou não participar. Se escolher participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de apresentar nenhum motivo ou justificação. Os dados recolhidos são exclusivamente para questões académicas, sendo preservados até ao final da transcrição das entrevistas, ao que posteriormente todas as informações serão destruídas, garantindo-se assim o **anonimato** e **confidencialidade**.

Perante estas informações, por favor indique se aceita participar no estudo:

ACEITO NÃO ACEITO

Nome: _____

Data: _____

Assinatura:

Guião de entrevistas – Crianças e Jovens

Desempenho escolar de crianças e jovens em acolhimento residencial

A presente entrevista é realizada no âmbito de um estudo, no qual se pretende conhecer o investimento escolar realizado pelas instituições de acolhimento no processo de escolarização, bem como os efeitos das experiências de acolhimento na vida escolar das crianças e jovens.

Agradeço a tua participação neste estudo e relembro que todos os dados são exclusivos para esta investigação, garantindo sempre o anonimato. Solicito também o teu consentimento para a gravação desta entrevista. Informo também que sempre que não compreenderes alguma pergunta, sente-te à vontade para perguntares e esclareceres as tuas dúvidas.

Muito obrigada pela tua participação.

Relação com a escola

Pergunta 1: Como é que te sentes em relação à escola?

Pergunta 2: O que mais valorizas na escola?

Pergunta 3: O que é que sentes quando estás a estudar?

Pergunta 4: Fala-me da relação com os teus professores

Pergunta 5: Fala-me da relação com os teus colegas

Hábitos de estudo

Pergunta 6: Quais são as tuas rotinas de estudo?

Pergunta 7: Quem é que te ajuda no estudo e nos trabalhos da escola?

Pergunta 8: Achas que a Casa tem as condições necessárias para estudares ou não?

Pergunta 9: Achas que o apoio ao estudo deveria ser diferente? É suficiente? Poderia melhorar?

Aspirações futuras

Pergunta 10: O que gostavas de fazer quando terminares os estudos?

Pergunta 11: Qual é a profissão que te imaginas a ter?

Pergunta 12: Qual o teu maior sonho?

Caracterização do entrevistado:

Género	Idade	Ano escolar	Duração da institucionalização	Acolhimento em outras instituições	Nº de retenções escolares

Guião de entrevistas – Equipa educativa

Desempenho escolar de crianças e jovens em acolhimento residencial

A presente entrevista é realizada no âmbito de um estudo, no qual se pretende conhecer o investimento escolar realizado pelas instituições de acolhimento no processo de escolarização, bem como os efeitos das experiências de acolhimento na vida escolar das crianças e jovens.

Agradeço a tua participação neste estudo e relembro que todos os dados são exclusivos para esta investigação, garantindo sempre o anonimato. Solicito também o teu consentimento para a gravação desta entrevista.

Muito obrigada pela tua participação.

Efeitos da institucionalização no aproveitamento escolar

Pergunta 1: Consideram que o acolhimento residencial pode ter provocado impacto no percurso escolar ou não?

Apoio ao estudo

Pergunta 2: O que fazem com as crianças e jovens durante as horas de estudo?

Pergunta 3: Quais as dificuldades que notam que eles têm?

Pergunta 4: O que pode ser melhorado para um maior e melhor acompanhamento escolar?

Relação das crianças e jovens com a escola

Pergunta 5: O que dizem as crianças e os jovens durante o dia sobre a escola?

Atitudes dos profissionais

Pergunta 6: Quais as vossas aspirações e expectativas para estas crianças e jovens como educadores?

Pergunta 7: Como educadores, até que ponto é que consideram que a escola é importante para as crianças e jovens em acolhimento ou não?

Caracterização do entrevistado:

Gênero	Faixa etária	Nível de ensino	Formação	Experiência na instituição	Experiência em outras instituições

Guião de entrevistas – Equipa técnica

Desempenho escolar de crianças e jovens em acolhimento residencial

A presente entrevista é realizada no âmbito de um estudo, no qual se pretende conhecer o investimento escolar realizado pelas instituições de acolhimento no processo de escolarização, bem como os efeitos das experiências de acolhimento na vida escolar das crianças e jovens.

Agradeço a tua participação neste estudo e relembro que todos os dados são exclusivos para esta investigação, garantindo sempre o anonimato. Solicito também o teu consentimento para a gravação desta entrevista.

Muito obrigada pela tua participação.

Relação das crianças e jovens com a escola

Pergunta 1: Como caracterizam a relação das crianças e jovens com a escola?

Pergunta 2: Qual a vossa percepção sobre as motivações e aspirações das crianças e jovens a nível escolar?

Atitudes das crianças e jovens em contexto escolar

Pergunta 3: Como é o comportamento escolar das crianças e jovens em contexto escolar?

Hábitos de estudo

Pergunta 4: Como é a rotina de estudo das crianças e jovens?

Pergunta 5: O que consideram do interesse que as crianças e jovens demonstram durante as horas de estudo?

Recursos disponíveis na instituição

Pergunta 6: Consideram que a Casa possui as condições, os recursos e o ambiente propício à aprendizagem ou não?

Ações de investimento e acompanhamento da escolaridade

Pergunta 7: Descrevam o investimento e acompanhamento escolar realizado e os seus principais resultados e dificuldades e os aspetos que consideram que poderiam ser melhorados

Relação escola-instituição

Pergunta 8: De que forma mantêm a relação com a escola?

Atitudes dos profissionais na escolaridade das crianças e jovens

Pergunta 9: Quais as vossas aspirações e expetativas escolares para estas crianças e jovens?

Pergunta 10: Até que ponto consideram que a educação é uma dimensão importante para estas crianças e jovens?

Resultados escolares

Pergunta 11: Consideram que exista uma relação entre o acolhimento e os resultados escolares das crianças e jovens?

Caracterização do entrevistado:

Género	Faixa etária	Ano de formação	Experiência na instituição	Experiência em outras instituições de acolhimento